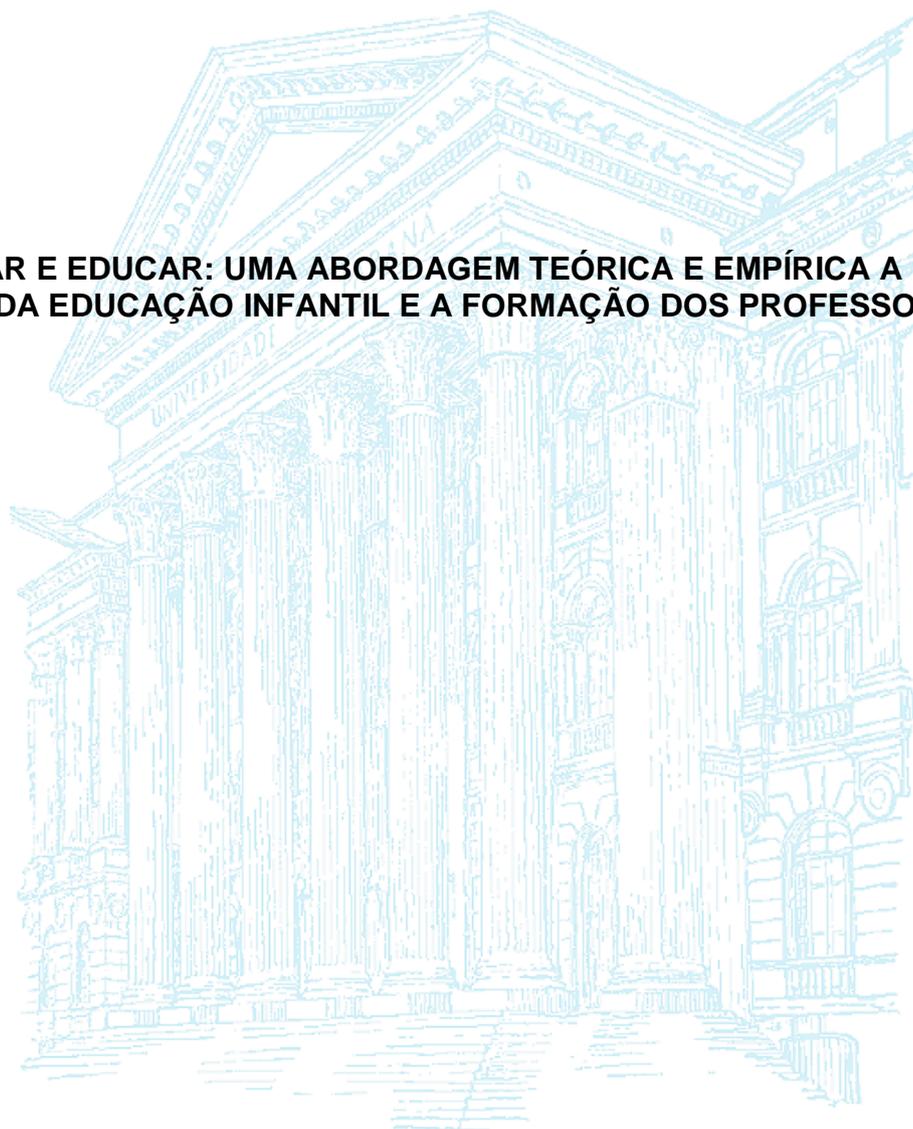


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CURSO DE PEDAGOGIA

**BRENDA CRISTINA DE SOUZA
BRUNA DE SOUZA**

**CUIDAR E EDUCAR: UMA ABORDAGEM TEÓRICA E EMPÍRICA A RESPEITO
DA EDUCAÇÃO INFANTIL E A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES**



**CURITIBA
2015**

BRENDA CRISTINA DE SOUZA

BRUNA DE SOUZA

**CUIDAR E EDUCAR: UMA ABORDAGEM TEÓRICA E EMPÍRICA A RESPEITO
DA EDUCAÇÃO INFANTIL E A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES**

Trabalho apresentado como requisito parcial á obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná- UFPR.

Orientadora: Prof^a Dra. Andréa Bezerra Cordeiro

**CURITIBA
2015**

Não há educação sem amor. O amor implica luta contra o egoísmo. Quem não é capaz de amar os seres inacabados não pode educar. Não há educação imposta, como não há amor imposto. Quem não ama não compreende o próximo, não o respeita.

(FREIRE, 2011, p. 36)

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente, responsável por minha vida, por me conceder sabedoria e competência para elaborar este trabalho como também, paciência nos dias difíceis e conforto nos momentos de angústia. Há um versículo muito especial que marcou muito o início desta caminhada e agora também, seu término, “ Os que confiam no Senhor são como os montes de Sião, que não se abalam, mas permanecem para sempre” (SL. 125. 1). Houve momentos em que precisei ter a força destes montes para seguir, mas no final a vitória foi certa e hoje estou aqui, agradecendo por mais esta conquista.

A minha mãe Silvia, que esteve sempre presente e que acompanhou toda esta longa jornada, sem seu apoio nada seria possível. Este mesmo agradecimento se estende a minha avó Laura, minhas tias Mara e Gilvana, que entenderam minha ausência, dividiram comigo minhas preocupações, tristezas e alegrias. Esta conquista também é de vocês.

A minha amiga Bruna, que construiu junto comigo este trabalho. Dividimos preocupações, conhecimentos e a alegria desta conquista. O caminho até aqui foi longo e árduo. Mas juntas, concluímos mais esta etapa. Obrigada pela força, parceria e companhia de sempre.

A professora Andréa, por compartilhar seu conhecimento, por dividir sua experiência, pelo grande apoio e pela contribuição para o andamento de todo nosso trabalho. Muito Obrigada.

Brenda Cristina de Souza

O ingresso em uma faculdade sempre foi um sonho, não só meu, mas também de meu pai e minha mãe, quando consegui realizá-lo não havia ideia de que

pudesse existir alegria maior para meus pais. Durante este longo percurso de cinco anos superei dificuldades, tristezas e cansaço, porém em todos os momentos pude desfrutar de ombros amigos, palavras de conforto e apoio de todas as pessoas que amo. A estes minha eterna gratidão.

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus, pois sem ele eu não chegaria a lugar algum, com muita fé sinto que ele me segurou muitas vezes que pensei em cair, e com toda glória estou encerrando este tão sonhado momento que é terminar esta graduação.

A minha mãe que com todo amor me incentivou e me apoiou desde sempre, só tenho a dizer muitíssimo obrigada, sem você eu jamais conseguiria seguir em frente, é como diz aquela música: “Me espelho em você, faço tudo por você”. E sempre farei, fico feliz de ter essa conquista, e boa parte dela dedico a você.

O meu grande amor, Henrique, que teve de me aturar horas e horas no notebook para a escrita deste trabalho, com muita paciência entendeu, me apoiou e me ajudou em todos os momentos, só tenho uma coisa para lhe dizer, que te amo mais que tudo, sou feliz por ter encontrado você.

A minha querida Professora Andréa, que nos acolheu e se dedicou a nosso trabalho, compartilhou de nosso nervosismo e nos apoiou em todos os momentos, obrigada! Nossas risadas valeram a pena, nossos encontros fluíam como um bate papo, com toda certeza guardarei um espaço especial em minha formação com muitos agradecimentos a você.

A minha amiga e parceira, Brenda, obrigada pelos bons momentos, pelas boas conversas, pelos surtos de nervosismo que tivemos juntas, sem você nada disso seria tão divertido, obrigada amiga!

Dedico a meu pai, que lá do céu deve estar todo orgulhoso da sua única filha realizando o seu sonho, se formar pela Universidade Federal do Paraná. É com lágrimas nos olhos que dedico a você todo meu empenho para que chegasse ao fim desse curso, por sua causa mantive minha força e segui em frente, fácil não foi, porém, é como você dizia meu pai, só os loucos sabem!!!

Bruna de Souza

RESUMO

Este trabalho objetivou verificar a questão do cuidar e educar na educação infantil tendo também, o profissional como enfoque. A análise está embasada nos pressupostos teóricos e legais que envolvem a educação infantil no que diz respeito ao cuidar e educar e na sua indissociabilidade. Para tanto, buscou-se suporte teórico em Malta (1994/1992), Kramer (2006), Cerisara (1999), Foucault (1984), entre outros, que também trouxeram importantes contribuições para nossas construções. Recorremos à pesquisa empírica para subsidiar o tratamento dos dados levantados com professores e pedagogos da rede pública de Curitiba, compartilhando conosco suas visões acerca dos termos que intitulam este trabalho e sobre a questão da formação oferecida a estes profissionais. Desta maneira, optou-se pela metodologia qualitativa e quantitativa, e para a coleta dos dados, aplicou-se questionários semiestruturado com perguntas de múltipla escolha e uma pergunta aberta que nos ofereceram resultados quantitativos-qualitativo. Nesta perspectiva, a presente pesquisa busca trazer um melhor aprofundamento em relação as formações ofertadas pela Rede Municipal de Curitiba para os professores, e qual a opinião dos mesmos, juntamente da pedagoga em relação a isso, trazendo com essa questão, a indissociabilidade do termo mais utilizado neste trabalho que é o “Cuidar e Educar”.

Palavras-chave: cuidar; educar; formação do profissional; legislação.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Na aprovação da Constituição, Ulysses pronunciou as palavras históricas: "Declaro promulgado o documento da liberdade, da democracia e da justiça social do Brasil"	28
Figura 2 - A Constituição aprovada em 1988 é a sexta adotada no Brasil. As outras datam de 1967, 1946, 1937, 1934, 1891 e 1824.....	29
Figura 3 - Referencial curricular nacional para a educação infantil- Volume 1: introdução.1998.....	32
Quadro 1 - Quatro níveis de práticas educacionais voltadas para as crianças pequenas nos EUA	47
Quadro 2: Quadro dos cursos	52
Gráfico 1 - Tempo de atuação como Pedagoga na Rede Municipal de Curitiba	57
Gráfico 2 - Formação que as Professoras chegam nos Cmei's	58
Gráfico 3 – Tempo destinado à formação de Professores	59
Gráfico 4 – Suporte dado para a Pedagoga como agir como agente de Formação.59	
Gráfico 5 – Tempo de trabalho na Rede Municipal de Curitiba	63
Gráfico 6 – Conceito de cursos de Formação Continuada ofertados pela Rede	66

“Ensinar é um exercício de imortalidade,
de alguma forma continuamos a viver
naqueles cujos olhos aprenderam a ver o
mundo pela magia da nossa palavra. O
professor, assim, não morre jamais...”
(ALVES, 2000 p.5)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	CUIDAR E EDUCAR- REFLETINDO SOBRE OS TERMOS.....	155
2.1	O EDUCAR E O CUIDAR EM UM BREVE HISTÓRICO DAS CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DO BRASIL.....	21
3	O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS LEGAIS A RESPEITO DO CUIDAR E EDUCAR?.....	288
3.1	DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.....	34
3.2	LDB E SUAS DELIBERAÇÕES PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	37
3.3	POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL: PELO DIREITO DAS CRIANÇAS DE ZERO A SEIS ANOS À EDUCAÇÃO.....	38
3.4	PARÂMETROS BÁSICOS DE INFRA-ESTRUTURA PARA INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL.....	40
3.5	PARÂMETROS NACIONAIS DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	41
3.6	A IMPORTÂNCIA DOS DOCUMENTOS.....	42
4	A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	44
5	O CUIDAR E EDUCAR E A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL: ANÁLISE EMPÍRICA.....	52
5.1	ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS: PEDAGOGAS	57
5.2	ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS: PROFESSORAS.....	63
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69
8	ANEXOS.....	72

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Freire (2011, p. 36), não há educação sem amor. O amor transforma, supera, principalmente quando fala-se sobre Educação Infantil. A especificidade do trabalho pedagógico do docente de Educação Infantil perpassa um olhar sobre a criança onde o cuidar e o educar são tomados como fundamentais para que ocorra uma formação condizente. Superando a fragmentação antes vista como um atendimento de cuidado físico e biológico, visto que as dimensões cognitiva, emocional e social desses sujeitos, são expressivas para seu desenvolvimento.

A criança como centro, como sujeito de direitos, passa a ganhar seu lugar nas políticas públicas, inicialmente com a Constituição de 1988, que reconhece as crianças como cidadãos e a estas são conferidos o direito de atendimento nas creches e pré-escolas, devendo o Estado garantir tal atendimento. A LDBEN (1996) vem como um documento que reitera o dever do Estado e estabelece a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, estas duas leis demonstram avanços que sobre as concepções assistencialista das creches e pré-escolas do Brasil.

Portanto torna-se relevante caracterizar esta mudança decorrida ao longo dos anos. Cuidar e educar são atitudes que se fazem muito presentes no que diz respeito ao trabalho realizado com crianças pequenas, assim como também, a formação do profissional que atua com as mesmas, se torna uma questão importante a se refletir. A partir disso, tomamos como objetivo deste trabalho estudar o tema educação e cuidado através do suporte teórico, dos documentos oficiais e de pesquisa empírica junto a professores de Educação Infantil para que assim pudéssemos compreender como estas duas concepções estão sendo abordadas na educação infantil.

Para tanto, o trabalho partiu do seguinte problema de pesquisa: Como o “cuidar e educar” está sendo abordado no campo teórico e legal? Quais são as implicações para a prática, no que diz respeito à formação do profissional? Primeiramente, acreditamos que o “cuidar e educar” são práticas indissociáveis uma da outra, ambas se complementam e portanto, não podem ser entendidas como

trabalhos distintos. A partir de todo o estudo realizado ao longo do trabalho, colocamos em destaque a formação do profissional que atua na educação infantil, de forma que este precisa estar em constante processo de aprendizagem a fim de capacitar-se para desenvolver a criança em suas amplas dimensões, abrangendo o cuidar e educar em suas práticas. Os conhecimentos sobre as crianças, práticas pedagógicas, teoria/prática, precisam ser aprendidos, renovados, construídos constantemente, de forma que a formação se torna imprescindível.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar através da revisão de literatura, análise documental e pesquisa empírica com a Secretaria de Educação, professores e pedagogos da rede pública como está sendo tratada a questão acerca do cuidar e educar na educação infantil. Tomando como marco inicial de análise a promulgação da Constituição de 1988 e a LDB.

A principal finalidade deste trabalho foi de compreender histórica e legalmente, como eram as práticas de cuidado e educação com as crianças pequenas e o percurso de formação do professor de Educação Infantil, para que desta forma, pudéssemos analisar as concepções dos professores e pedagogos acerca do cuidar e educar e da formação oferecida á esses profissionais hoje.

Nesse sentido, a importância deste trabalho se reflete no olhar que foi direcionado ao cuidar e educar. Acreditamos que esta se torna uma temática pertinente para o campo da educação infantil, como instâncias inseparáveis uma da outra no trabalho com crianças, principalmente nas práticas dos professores de educação infantil, pois as primeiras situações de aprendizagem das crianças são proporcionadas por atitudes e procedimentos de cuidado, os quais requerem uma comunicação cotidiana e repetida dos adultos responsáveis por ela, que no caso das creches, são os professores e educadores.

Para que compreendêssemos melhor o tema, utilizamos metodologicamente dois tipos de pesquisa: a teórica, realizada por meio de leitura e fichamento de textos, artigos, trechos de livros e documentos legais. Foram utilizados muitos autores, dentre eles se destacam as pesquisadoras Maria Malta e Ana Beatriz Cerisara, que são autoras que discutem muito a questão do cuidar e educar, ambas

dando ênfase no profissional da educação infantil, o que contribuiu muito para nossa pesquisa.

O segundo tipo de metodologia utilizado foi a empírica, na qual fizemos uso de questionários para professores e pedagogas da rede pública de Curitiba, realizamos também uma pequena pesquisa com a Secretaria Municipal de Educação de Curitiba.

Isto posto, nosso trabalho se divide em quatro capítulos, de forma que o capítulo I faz uma reflexão a respeito dos termos “Cuidar e Educar”, recorremos ao suporte teórico e observamos que estes termos eram tratados como formas distintas de trabalho realizado com as crianças nas creches e pré-escolas, e só depois surgiram concepções teóricas acerca do cuidar e educar como indissociável um ao outro.

O capítulo II traz uma análise a respeito dos documentos legais, e de qual o lugar destinado ao cuidar e educar e também ao profissional de educação infantil. O capítulo III discute a formação do profissional da educação infantil tomando como referência documentos legais e teóricos.

O capítulo IV finaliza o trabalho com a abordagem empírica da pesquisa, que gira em torno das concepções dos professores e pedagogos a respeito do “cuidar e educar” e da formação continuada oferecida para os mesmos. Como instrumento de pesquisa, utilizamos um questionário semiestruturado para coleta de dados.

Acreditamos que este tipo de pesquisa empírica nos possibilitou retornar às ideias discutidas nos capítulos anteriores, como uma forma de “encontro” entre o cuidar e o educar através da análise teórica, documental e empírica, contemplando o profissional da educação infantil, de forma a atender o que propomos discutir no presente trabalho.

2 CUIDAR E EDUCAR- REFLETINDO SOBRE OS TERMOS

Cuidar e educar são termos que aparecem tanto em documentos oficiais como nos referenciais teóricos como termos indissociáveis um do outro. Há atualmente uma larga discussão sobre o que seria o cuidar e educar na educação infantil, bem como nos parece que para muitos profissionais o uso dos termos associados já se tornou naturalizado, sendo muito mencionado, sem que no entanto exista necessariamente uma reflexão mais específica sobre seus significados.

Para alguns teóricos apesar da recorrência das ideias de que educar e cuidar constituem parte importante da especificidade da Educação Infantil “ainda não está clara a concepção de criança como sujeito de direitos, que necessita ser cuidada e educada” (CERISARA, 1999, pg. 16), uma vez que nas práticas pedagógicas das creches e pré-escolas de educação infantil em muitos casos seguem sendo valorizadas as atividades ligadas ao ensino e transmissão de algo, ou seja, atividades tidas como “escolares” que—reproduzem e antecipam as práticas do ensino fundamental. Logo, as atividades voltadas ao cuidado seguem desvalorizadas, já que nestas, não se percebe o caráter educativo. E como bem coloca Cerisara (1999), “vale ressaltar que estou falando do passado, mas não necessariamente do passado”, essa frase se aplica muito ao que estamos falando aqui, já que a diferenciação entre as práticas de cuidado e educação se perpetuam, não só nas práticas dos profissionais como também, nas propostas das instituições de educação infantil.

Guimarães (2009) afirma que a associação entre os termos cuidar e educar acaba produzindo uma dualidade, sendo que educar volta-se para instruir ou ensinar e cuidar relaciona-se com as ações da rotina ou seja, alimentação, higiene, sono, entre outras. Desta forma, as atividades relacionadas ao cuidado são “compreendidas como a face negativa da assistência, porque são ligadas às tarefas domésticas e femininas, desqualificadas em nossa cultura ocidental” (GUIMARÃES, 2008, pg. 96).

Pode-se observar que esta dicotomização dos termos vem de longa data, e historicamente refletia diretamente nas práticas pedagógicas das creches e pré-escolas, já que educar e cuidar pareciam significar trabalhos diferentes.

Seguindo ainda algumas ideias apontadas por Guimarães (2009) podemos aprofundar o entendimento sobre as raízes do conceito de cuidado. Michael Foucault traz outras possibilidades de reflexão em relação ao conceito de cuidado, partindo de uma análise filosófica, trazendo outra visão, que ao nosso ver pode contribuir como uma forma de ressignificação das atitudes de cuidado dentro das instituições de educação infantil.

Foucault aborda a ideia do “cuidado de si”, como uma forma de ética e de liberdade: “ acredito que, nos gregos e romanos- sobretudo nos gregos-, para se conduzir bem, para praticar adequadamente a liberdade, era necessário se ocupar de si mesmo, cuidar de si, ao mesmo tempo para se conhecer” (FOUCAULT, 2004). Neste sentido, o cuidado está relacionado com a liberdade individual do sujeito, a medida que ele conhece a si mesmo. Foucault também fala que o cuidado de si implica a relação com o outro:

uma vez que para cuidar bem de si, é preciso ouvir as lições de um mestre. Precisa-se de um guia, de um conselheiro, de um amigo, de alguém que lhe diga a verdade. Assim, os problemas das relações com os outros está presente ao longo desse desenvolvimento do cuidado de si (p. 05).

Em seguida, o autor coloca que o cuidado de si vem antes do cuidado com os outros, “ na medida em que a relação consigo mesma é ontologicamente primária” (pg. 05). Esses conceitos de cuidado, a relação do sujeito com o outro, o cuidado como ética e forma de liberdade são conceitos construídos por Foucault que são muito pertinentes para compreendermos e voltarmos ao conceito de cuidado que estão presentes nas instituições de educação infantil, os quais se relacionam facilmente com o cotidiano das instituições, de forma que o aprender a cuidar de si expressa-se em momentos da rotina como: alimentação, troca, momentos de brincadeiras e atividades por exemplo.

Isso é aprendido quando a educadora, na condição de mestre como bem diz Foucault na citação acima, dá a criança liberdade para que ela aprenda a tomar os

cuidados consigo mesma. Esta atitude de cuidado como ética em relação à criança contribui na construção de sua identidade, na medida que ela é exercitada a ser ela mesma.

Nesse sentido, as contribuições que o professor traz para a formação da identidade desta criança são extremamente importantes, pois com seu cuidado e atenção constrói uma personalidade para cada um, por vezes negativa, mas em sua maioria acredita-se que seja positiva.

Todas essas ideias do autor nos fazem voltar para o trabalho docente. Guimarães (2008) questiona o olhar atento do professor, especialmente de crianças de 0 a 3 anos, se estes profissionais dão lugar aos gestos e expressões dos bebês, se buscam desenvolver a autonomia destes, enfim, “se cuidam do cuidado da criança consigo mesma, de desenvolverem uma atenção da criança a respeito de si mesma”. Com isso, é possível estabelecer relação entre o conceito de cuidado de Foucault com o cuidado que é praticado nas instituições pelos professores com a crianças e também “com o incentivo à abertura de caminhos de encontro deles consigo mesmos” (GUIMARÃES, 2008).

Ainda sobre o cuidado, destacamos Leonardo Boff, que aborda o cuidado como uma atitude, e segundo o autor “abrange mais que um momento de atenção. Representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro” (Site: O Pensador); Esse conceito de cuidado, implica a relação individual (cuidado de si) como também a relação com o outro, com a natureza, com a espiritualidade, enfim, nos relacionamentos humanos. Assim, Boff afirma que é necessário aprender e ensinar a cuidar.

Boff cita que “cuidar é uma atitude de relação amorosa, suave, amigável, harmoniosa e protetora para com a realidade pessoal, social e ambiental” (1999, p. 35). Assim, observamos que o autor traz o cuidado ligado a um sentimento de afetividade em relação a quem é cuidado, garantindo a segurança daquela pessoa pela qual estamos responsáveis.

Impreterivelmente o cuidar também é uma postura ética frente ao mundo, como diz Boff, na qual o professor assume ser a garantia de bem-estar de seus alunos, contribuindo também para a construção de vida dessas crianças

Quando pensamos no educar, lembramos da importância disto dentro da educação infantil e de como este termo está associado ao cuidar. Neste sentido, o professor como mediador tem de criar situações significativas de aprendizagem, tentando alcançar o desenvolvimento das habilidades da criança, sendo elas cognitivas, psicomotoras, socioafetivas. Procurando sempre inovar e trazer coisas novas que atraiam os alunos:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis (BRASIL, 1998, p.23).

Com relação ao educar Ferreira (1988, p. 185), define que: “[...] educar é promover a educação (de alguém); ou a sua própria educação; instruir-se”, ou seja, educar trata-se de oferecer educação, promover aprendizagem, proporcionar conhecimentos necessários para a formação pessoal. Então, educar na Educação Infantil é promover o desenvolvimento infantil, a socialização, enfim proporcionar ações pedagógicas que sejam significativas às crianças.

O educar tem um papel fundamental na Educação Infantil, pois muitas vezes as crianças são vistas como seres indefesos e inocentes e, até mesmo, incapazes, mas isso são formas errôneas de se ver as crianças. Ao contrário, elas são surpreendentes e capazes de ações e atitudes inesperadas pelo adulto; é por meio das capacidades de pensar, agir, sentir das crianças que o educar deve ser fortalecido cada vez mais desde a creche.

Educar é ajudar as crianças a desenvolver aprendizagens que podem ocorrer tanto das atividades planejadas pelos adultos, decorrentes das ações pedagógicas intencionais, como também decorrentes das brincadeiras e ações interpares. Ou seja, a educação ocorre em todos os momentos que se convive com a criança (Carvalho, 2010, p. 30).

ARENDT (2014) ao discutir a educação no mundo contemporâneo, apresenta tal ação como “uma das actividades mais elementares e mais necessárias da sociedade humana a qual não permanece nunca tal como é mas antes se renova sem cessar pelo nascimento, pela chegada de novos seres humanos” (p.38). O que mostra que o educar é um processo que está em constante mudança, sempre renovando-se.

É como bem coloca Paulo Freire (1996), ao dizer que estamos em constante processo de aprendizagem durante toda nossa existência. A educação é algo que acontece em qualquer lugar, fazendo a criança adquirir conhecimentos para assim poder transmiti-los também.

Atualmente há, ao menos do ponto de vista das ideias pedagógicas mais recorrentes, um entendimento sobre a necessária articulação de cuidar e educar integrados, pertinente à formação integral da criança. Entender a criança integralmente, significa levar em conta todas as suas dimensões, sejam elas físicas, emocionais, sociais que conseqüentemente envolvem ações de cuidado e educação.

Nesse sentido, CAMPOS (1994) refere que o cuidar engloba todas as atividades que envolvem uma criança sendo elas: “alimentar, lavar, trocar, curar, proteger, consolar, enfim, “cuidar”, todas fazendo parte integrante do que chamamos de “educar” (p.35). Isso fortalece a ideia de que o cuidado tem sua dimensão educativa e não apenas o sentido assistencialista de tutela ou de guarda da criança.

O cuidado pode ser educativo, à medida em que enquanto é cuidada a criança também aprende a cuidar de si, a constituir sua identidade, seu valor como pessoa ao observar os cuidados que são tomados com ela, desta forma HEVESI considera fundamental que:

a criança participe dos cuidados de seu corpo e que, ainda que não possa se vestir sozinha nessa idade, observe os detalhes, acompanhe o processo pela fala da educadora mesmo que não esteja em condições de participar concretamente (HEVESI, 2004, pg. 82).

Em relação à associação necessária entre os termos “cuidar e educar”, tem-se uma importante contribuição da psicóloga inglesa Bettye Caldwell, que propôs a expressão “educare”, que funde no inglês as palavras educar e cuidar (CAMPOS,1994), a qual expressa a complementaridade entre o cuidado e a educação, com intenção de superar essa questão de dicotomia dos termos cuidar e educar, no sentido de junção dos termos, entendendo que ambos são complementares e indissociáveis um ao outro.

Guimarães (2000) faz uma abordagem muito interessante entre cuidado, educação e saúde e da relação destes termos com a creche e a família. A autora entende que o cuidado possui muitos sentidos pois “expressa intenções, sentimentos, significados, de acordo com o contexto sociocultural”,-o que amplia os sentidos do cuidado para além dos cuidados restritos ao corpo dos pequenos. As atitudes de cuidado pelas quais as crianças estão envolvidas demandam, segundo a autora, conhecimento da área biológica e da área de humanas, possuindo então uma relação direta entre saúde e a educação.

Olhando para este caminho percorrido pelos termos “cuidar e educar” podemos observar que estes foram percebidos de algumas formas, ora juntos, ora separados um do outro, assim, o cuidar e o educar assumiram alguns significados que são também históricos e contingentes. Percebemos que há um grande número de autores e documentos legais que abordam esta temática, analisando por vários focos o cuidar e o educar, uma vez que a maioria destes tratam o “cuidar e educar” como inerente um ao outro, ambos se complementam e são duas vias que se fazem muito presentes no cotidiano da educação infantil, constituindo também parte da história da educação infantil e de seus objetivos em diferentes momentos históricos, o que abordaremos a seguir.

2.1 O EDUCAR E O CUIDAR EM UM BREVE HISTÓRICO DAS CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DO BRASIL

Ao analisar educação e cuidado na Educação infantil é interessante nos debruçarmos um pouco sobre a história da creche e da pré-escola no Brasil, lembrando que diversas modalidades de atendimento à infância fora de casa

coexistem desde ao menos meados do sec. XIX, ampliando-se significativamente com as mudanças sociais trazidas pela modernidade no século passado.

Nosso foco de pesquisa direciona-se para a década de 80 em diante, mais precisamente após a Constituição de 1988, mas é pertinente voltar um pouco na história para a década de 70, quando passou a haver uma preocupação com a pré-escola no país.

Nos anos de 1970 as políticas educacionais para crianças pequenas defendiam a educação compensatória, que segundo Kramer (2006) tinha como objetivo compensar as carências culturais, educacionais enfim, com intuito de dar conta do que se considerava faltante à criança advinda das classes populares.

Foi neste período que houve uma mobilização intensa dos movimentos feministas reivindicatórios chamados de “movimentos de luta por creches” e também da mobilização sindical para que houvesse atendimento para crianças pequenas. Segundo Malta (1999) como forma de resposta rápida, houveram diversos planos de expansão da pré-escola que resultaram em “soluções de baixo custo e baixa qualidade”. Kramer (2009) afirmará que essas soluções de baixo custo refletiam na precariedade dos prédios, materiais, e formação dos profissionais.

Segundo Ortiz e Carvalho (2012), as creches ficavam diretamente subordinadas às Secretarias do Bem-Estar Social ou aos gabinetes dos prefeitos, ou ainda atreladas às atividades assistenciais das primeiras damas. Olhando para isso é possível perceber que o investimento com a educação infantil era inferior ao investimento destinado ao ensino fundamental obrigatório.

Segundo Kramer (2006) foi em 1974 que o pré-escolar recebeu maior atenção do governo federal, evidenciado na criação da Coordenação de Educação Pré-escolar, em documentos e pareceres do Conselho Federal de Educação.

A partir da segunda metade da década de 70, os movimentos sociais dos bairros populares nas grandes cidades passam a reivindicar mais intensamente a creche. Essa exigência vinha principalmente das mulheres trabalhadoras, Malta (1999) ressalta que muitas destas mulheres que estavam no movimento de luta vão trabalhar nas creches, porém, sem nenhum tipo de formação especializada no trabalho com crianças de 0 a 6 anos e “as creches vão atender a uma população

mais empobrecida, constituindo uma rede educacional paralela e segregada” (MALTA 1999, pg. 122).

Olhando para esse percurso histórico das creches e pré-escolas do Brasil, percebemos que ainda hoje a concepção assistencialista é fortemente relacionada com a ideia de cuidado, o que vincula a creche também, como instituição onde se realiza um trabalho de caráter compensatório. Logo, com assistencialismo e atendimento compensatório como grandes características, a creche está ligada ao atendimento de crianças pobres e carentes de algo a ser suprido.

Desta forma, a educação não assume foco principal, mas sim, como algo diferente e apartado do cuidado uma vez que a guarda da criança e os cuidados tomados com ela tomam destaque. A ideia de cuidar e educar como inerentes e complementares um ao outro parecia não se aplicar a estas instituições de educação infantil, de forma que ainda hoje são estigmatizadas pelo atendimento assistencial.

Todo um viés assistencialista permeou a trajetória de criação das creches brasileiras, no qual somaram-se as mudanças sociais advindas do processo de industrialização e de urbanização, acrescidas do aumento populacional e da mudança do papel da mulher.

Neste sentido considerando que as creches, escolas maternais e jardins de infância tiveram inicialmente um caráter assistencialista no atendimento das crianças, o trabalho realizado junto às crianças era mais voltado a guarda, higiene e os cuidados físicos. Segundo Paschoal e Machado (2009) as creches do Brasil com o assistencialismo como característica principal se diferenciavam das instituições dos países europeus e norte-americanos do período que já traziam em seus objetivos o caráter pedagógico.

No decorrer da história da Educação Infantil, podemos perceber que ela passou por muitas visões sendo o assistencialismo uma delas, que esteve presente por muito tempo nas creches e escolas infantis e tinha como função principal dar a assistência necessária às crianças pobres tirando-as das ruas e oferecendo cuidados para que elas pudessem viver, principalmente em virtude do trabalho dos

pais que não tinham onde deixar os seus filhos. Devido a esses fatores Kramer (1992, p. 29) sustenta que:

surgiram os programas compensatórios, em que a pré-escola era apontada como solução para os problemas da escola elementar: fator médico, nutricionistas, assistenciais, psicológicos, culturais e educacionais.

Além de suprir as carências culturais das crianças a educação compensatória tinha, também, como função oferecer atendimentos em outras áreas que as crianças necessitassem. Neste sentido, a pré-escola era vista como um dos meios de superar a miséria, a pobreza e a negligência das famílias, oferecendo atendimento médico e estimulação cognitiva, buscando compensar as deficiências das crianças.

Observando as características das creches de caráter assistencialista, Ortiz e Carvalho (2012) afirmam que as creches surgiram como demanda do capitalismo, como forma de preservar a criança filha de famílias trabalhadoras, como necessidade de organização social frente à expansão dos centros urbanos e a necessidade da mãe trabalhadora. Logo, a creche era o local considerado apropriado para as crianças, pois ali estariam seguras durante o tempo em que os pais permaneciam longe. Na creche as crianças recebiam alimentação, podiam dormir, eram cuidadas em relação à sua higiene. Este atendimento assistencialista era de qualidade duvidosa, pois objetivava unicamente a manutenção da vida dos pequenos sem oferecer oportunidades intencionais de experiências culturais e lúdicas significativas e com elas novas expectativas de melhoria de vida e de crescimento sociocultural.

Segundo Cerisara (1999) o modelo familiar e/ ou hospitalar eram levados para dentro das instituições de educação infantil que realizavam o tipo de trabalho denominado assistencialista. Para Coutinho (2002):

as amarras históricas que vinculam o cuidado ao atendimento assistencial, e este, por sua vez, à educação da primeira infância, condiciona posturas educativas das profissionais ao dimensionar o cuidado como menos importante ou talvez até a desconsiderá-lo. (s.p).

Ou seja, os profissionais da educação infantil parecem ainda, como resíduo desta tradição, enxergar o cuidado como parte integrante da rotina apenas,

desconsiderando-o como educativo, o que vincula ainda mais o cuidado ao assistencialismo.

A partir da década de 80 houve um grande avanço com relação à educação infantil. Foram produzidos estudos e pesquisas de relevante interesse, inclusive discutindo e buscando a função da creche/pré-escola, universalizou-se a ideia de que a educação da criança pequena é importante (independente de sua origem social) e que é uma demanda social básica.

Os grandes marcos legais foram resultados das exigências populares e dos movimentos organizados neste período, dentre eles destacam-se a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) que definiu a creche e a pré-escola como direito da criança e dever do Estado em oferecer este atendimento de crianças de 0 a 6 anos. E além destes principais documentos, podemos destacar também o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA 1990) como documento que reconhece os direitos das crianças. São marcos legais que caminham no sentido de garantir o direito ao atendimento de qualidade às crianças nas creches e pré-escolas.

Dentro destes marcos, cuja análise aprofundaremos a seguir, percebemos que a ideia de cuidar, que busca através, da atenção e da prevenção, meios para que a pessoa sintam-se bem consigo mesma e com os outros, apresenta, uma preocupação abrangente, envolvendo não apenas os cuidados básicos e necessários a uma vida saudável. Extrapola-se assim uma visão apenas biológica e médica do cuidado à infância em busca da integralidade do ser criança.

Cuidar, neste sentido, exige atenção e escuta às ideias, gestos, expressões, história de vida, experiências e desejos das crianças. Exige também estarmos prevenidos para os imprevistos que possam vir a acontecer com as elas. Na Educação Infantil existe uma preocupação muito grande com os cuidados necessários ao desenvolvimento da criança, afinal ela precisa se alimentar, adquirir hábitos de higiene e precisa de atenção para que não se machuque. A criança necessita ser bem tratada e atendida pelos profissionais, principalmente no que diz respeito aos cuidados indispensáveis para a sua vida, pois eles são fundamentais para o seu desenvolvimento.

Destacamos que de acordo com o RCN para a Educação Infantil (1998, p. 25) que:

O cuidado precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção à saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em consideração as diferentes realidades socioculturais.

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação infantil (2006) mostram a importância do trabalho com o cuidar e o educar de forma indissociável, valorizando as necessidades e os direitos que cada criança possui.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, estabelece em seu Art.30 que a Educação Infantil será oferecida em: “I – Creches ou entidades equivalentes para crianças de até 3 anos de idade; II – Pré-escolas para crianças de quatro a seis anos de idade”. Percebemos, então, que a Educação Infantil deve ser oferecida em duas etapas diferentes às creches e as pré-escolas. Apesar disso, não podemos confundir essas etapas da educação na infância com duas modalidades distintas, ou seja, cuidado de 0 a 3 anos e educação de 4 a 6 anos.

Muitas vezes, pensa-se que na faixa etária de 0 a 6 anos as crianças são muito pequenas, inocentes, indefesas e o que elas mais precisam é de carinho e cuidados para não se machucarem e nem chorarem. Apesar de seu tamanho, as crianças da creche necessitam de estímulos e orientações para desenvolver-se; não podemos fazer do seu dia-a-dia na instituição apenas uma preocupação em alimentar, colocar para dormir, mas proporcionar que o seu tempo na escola seja produtivo e que se ofereça para atividades que estimulem o desenvolvimento de suas habilidades, atividades que auxiliem no aprimoramento de sua coordenação motora, de sua linguagem, afetividade.

O educar e o cuidar são a base do desenvolvimento das crianças e tem que serem bem trabalhados e explorados pelos professores e, também, pelas famílias das crianças.

Segundo Craidy e Kaercher (1998, p. 59):

Atividades que envolvam o cuidado e a saúde são realizadas diariamente nas instituições de educação infantil e não podem ser consideradas na dimensão escrita de cuidados físicos. A dicotomia, muitas vezes vividas entre cuidar e o educar deve começar a ser desmistificada. Todos os momentos podem ser pedagógicos e de cuidados no trabalho com crianças de 0 a 5 anos. Tudo dependerá da forma como se pensam e se procedem as ações. Ao promovê-las proporcionamos cuidados básicos ao mesmo tempo em que atentamos para a construção da autonomia, dos conceitos, das habilidades, do conhecimento físico e social.

Neste sentido, podemos compreender que a visão fragmentada de cuidar e de educar, nas instituições de Educação Infantil, deve ser superada, porque todas as ações realizadas devem ser pedagógicas. Os profissionais que trabalham nas instituições de educação Infantil, independente da faixa etária, devem fazer de todos os momentos de seu cotidiano, momentos nos quais as crianças possam estar interagindo e participando de forma dinâmica de seu cuidado e aprendendo-o como forma ativa de investimento em si mesmas com qualidade de vida. Esse processo requer planejamento e rotina diária, pois educar para a vida significa, sobretudo, se estar cuidando e educando ao mesmo tempo.

Ao respeitarmos todo o processo de desenvolvimento infantil, já estamos cuidando e educando conjuntamente, pois toda a forma de educação que considere e estimule os tempos da criança bem como aprender a engatinhar, caminhar, falar, pular, correr, entre outros aspectos são funções essenciais para o seu desenvolvimento. Então, não só quando a criança aprende a ler e a escrever é que ela está sendo educada, mas na educação infantil, desde o momento em que ela adapta-se, interage, troca experiências, socializa-se e aprende a ser independente. Além disso, não podemos tratar os conteúdos da Educação Infantil como únicos e abstratos, os quais o professor deve simplesmente transmitir aos alunos, ao contrário, devemos trabalhar desde a Educação Infantil a partir dos conhecimentos que a criança possui, e por meio desses realizar mediações pedagógicas que possam auxiliar na [re] elaboração de conceitos por parte das crianças.

Dessa forma podemos perceber que o cuidar/educar tem um papel fundamental, nesta etapa da educação, pois é por meio de ações conjuntas entre esses dois eixos que a criança poderá de forma mais dinâmica e criativa ir estabelecendo relações e associações mais concretas com o meio e com os objetos

e coisas que estão a sua volta. Pois, a concepção assistencialista já não serve mais para a nossa realidade, afinal, hoje as concepções de criança, de infância e de desenvolvimento também mudaram, e a partir dessas novas construções de conceitos que devemos estabelecer as metas e os objetivos para atender as nossas crianças.

A escola precisa ser um ambiente prazeroso, dinâmico, estimulante, desafiador, e estas ações só serão alcançadas se as atividades proporcionadas estiverem ancoradas numa educação que trabalhe acima de tudo com o cuidar/educar, que hoje deve ser o eixo norteador do desenvolvimento infantil.

3 O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS LEGAIS A RESPEITO DO CUIDAR E EDUCAR?

Ao abordarmos nosso objeto de estudo na Educação infantil no Brasil, acreditamos que seja importante recorrermos aos documentos legais e suas deliberações para a área, uma vez que esses documentos estabeleceram marcos importantes para a educação infantil.

Seguindo uma ordem temporal, colocamos como primeiro documento de análise a Constituição Federal de 1988, documento legal que marcou a história do país, sendo esta a lei fundamental e suprema do país. É citada como o marco inicial no campo do direito pela educação infantil, pois é neste documento que aparece pela primeira vez como dever do Estado “o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos” (Artigo 208, Inciso IV); e como um direito de trabalhadores homens e mulheres, na zona rural e urbana, “a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 anos de idade em creches e pré-escolas” (Artigo 7, Inciso XXV). Esse direito expresso na Carta Maior do país teve como referência a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, da qual o Brasil é signatário e que concebe a criança enquanto sujeito de direitos e responsabilidade social.

Vale lembrar que a Constituição de 1988 não trata especificamente do “cuidar e educar” porém, traz grande importância para a educação infantil, no sentido reconhecer a criança como sujeito de direitos em vez de tratá-la como ocorria nas leis anteriores a esta, como objeto de tutela (CERISARA,2002).



Figura 1 - Na aprovação da Constituição, Ulysses Guimarães pronunciou as palavras históricas: "Declaro promulgado o documento da liberdade, da democracia e da justiça social do Brasil".
Fonte: <http://www.abril.com.br/fotos/constituicao-brasileira-20-anos/?ft=ulysses-segura-livro-constituicao-6g.jpg> (acesso em 22/07/2015)



Figura 2 - A Constituição aprovada em 1988 é a sexta adotada no Brasil. As outras datam de 1967, 1946, 1937, 1934, 1891 e 1824.
Fonte: <http://www.abril.com.br/fotos/constituicao-brasileira-20-anos/?ft=capa-constituicao-5g.jpg> (Acesso em 22/07/2015).

A Educação Infantil brasileira foi instituída em 1996, como parte da Educação Básica pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e em 2006 teve uma conquista importante: foi incluída integralmente no FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.

Como segundo documento de análise, falaremos a seguir do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), do ano de 1998, como uma ação do governo de Fernando Henrique Cardoso para educação. Sendo este um documento específico da educação infantil, traz orientações pedagógicas norteadoras para o trabalho com crianças de zero a seis anos de idade, orientações estas, que buscam trabalhar as inúmeras especificidades da infância. Para tanto, o documento estabelece alguns princípios que dão esse direcionamento para as instituições de Educação infantil.

No que diz respeito ao nosso tema de pesquisa, o referencial menciona o “cuidar e educar” de forma muito clara, trazendo ideias de como estes podem ser trabalhados no cotidiano das instituições de educação infantil, destacando a importância do ambiente de cuidado e educação que precisa ser oferecido à criança, da participação da família e também, o papel dos profissionais de educação infantil.

O Referencial cita que [...] "as atitudes e procedimentos de cuidado são influenciados por crenças e valores em torno da saúde, da educação e do desenvolvimento infantil" (MEC, 1998, pg. 24). Neste trecho fica claro que "cuidar e educar" são dimensões indissociáveis, claro que lembrando os preceitos populares de cuidado e levando em conta as necessidades da criança, sejam elas físicas, emocionais, cognitivas, sociais, enfim, que ao serem trabalhadas juntas, contribuem para a formação e o desenvolvimento integral de que a criança tem direito, ao estar inserida na instituição de educação infantil.

Para que tudo isso seja posto em prática o Referencial orienta que as atitudes de “cuidar e educar” supõe uma "conversa" interdisciplinar entre os profissionais, uma vez que a criança precisa ser desenvolvida em todos os contextos. Sendo assim, "cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas" (MEC, 1998, pg. 24).

Assim como a conversa entre os profissionais de várias áreas juntamente com os profissionais da educação infantil se faz importante, a fim de contribuir para o desenvolvimento da criança, a profissionalização do “cuidar e educar” de forma integrada também se torna um caminho necessário, desta forma, Malta (1994) defende que é preciso repensar o perfil dos profissionais de educação infantil, a começar pela formação, [...] “baseada numa concepção integrada de desenvolvimento e educação infantil, que não hierarquize atividades de cuidado e educação”. A autora ainda propõe que esta formação que ela defende, pode se dar em diferentes níveis de formação, por meio de cursos que promovam a troca de saberes e experiências entre estes profissionais, a fim de construir juntos, conhecimentos a respeito da criança que está inserida nas creches e pré-escolas.

Voltando ao RCNEI, as formas de cuidado com relação ao corpo da criança ficam bem demarcados no documento, uma vez que esta forma de cuidado é muito presente na educação infantil de modo geral, mas principalmente com crianças de zero a três anos de idade. A figura do adulto, do profissional que atua junto das crianças tem grande importância no desenvolvimento integral de qualidade.

O referencial muito evidencia as formas de cuidado que são tidas como parte da educação, principalmente quando se fala em educação infantil. Com relação a isto, o documento diz que: " O desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados" (MEC, 1998, pg. 24).

Para que as formas de cuidado aconteçam, o documento fala que é necessário que o professor prepare o ambiente adequado e que responda às necessidades da criança. Nesse sentido, a organização do tempo entra como uma ferramenta que orienta o professor em suas práticas pedagógicas, através de uma rotina. Na educação infantil, a rotina é uma forma de organização do tempo e do espaço, com ações e atividades flexíveis que levam em conta o perfil da turma com que se trabalha.

O trabalho com crianças pequenas começa com o olhar do professor sobre as crianças, entender suas necessidades individuais e da turma como coletivo também. Conhecer é então o primeiro processo para o professor, e nesse sentido, a parceria com as famílias se torna ponto de partida. A respeito disso, o Referencial traz algumas considerações, afirmando que [...]:

(...) as atividades de cuidado das crianças se organizam em função de suas necessidades nas 24 horas do dia. Isto exige uma programação conjunta com as famílias para divisão de responsabilidades, evitando-se a sobreposição ou a ausência de alguns dos cuidados essenciais" (MEC, 1998, pg. 75).

Neste sentido, nos parece que o documento enfatiza a necessidade de que se estabeleça o diálogo e a parceria entre instituição e família, visto que em muitos casos, a criança fica na escola em tempo integral, o que exige ainda mais essa

parceria, a fim de proporcionar para a criança uma formação de qualidade, durante o tempo em que está na instituição.

O RCNEI de modo geral, é um documento que gerou e ainda gera bastante discussão. Cerisara é uma autora que questiona bastante o RNCEI e pontua muito bem suas críticas, nos fazendo repensar sobre este documento. A autora afirma que o RCNEI cujo texto parece mais um receituário com um uso meramente instrumental CERISARA (2003), do que propriamente um referencial, como é intitulado. Além disso, outra crítica da autora que se debruça sobre o documento, seria sobre os vários aspectos relacionados á educação da criança de 0 a 6 anos, em que “privilegia mais o sujeito escolar do que o sujeito criança”, em que as especificidades das crianças e da infância, que são inúmeras, parecem ficar perdidas, frente as questões educacionais.

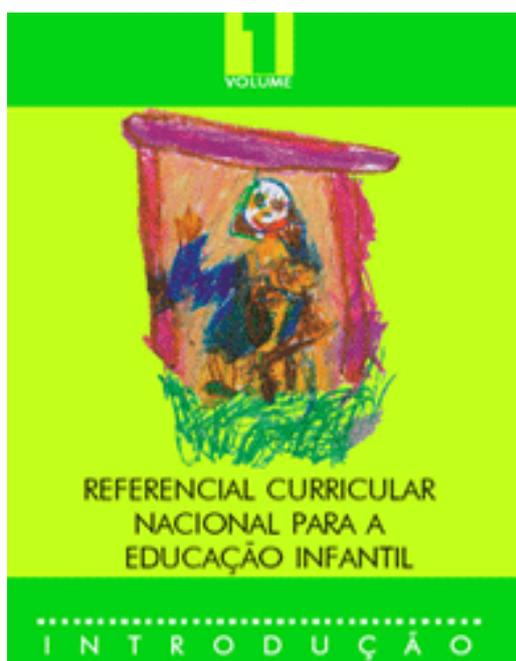


Figura 3 - Referencial curricular nacional para a educação infantil- Volume 1: introdução.1998
Fonte: Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf (Acesso em 03/08/201).

O RCNEI caminha de acordo com as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), lei que foi sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da educação Paulo Renato, esta lei traz grandes marcos para a educação infantil. O principal deles foi o

estabelecimento da educação infantil como primeira etapa da educação básica, visto que o acesso à educação infantil para as crianças é um direito das crianças de 0 a 6 anos de idade.

O inciso IV do artigo 4º coloca que “é dever do Estado o atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, colocando também que a educação infantil tem por finalidade a complementando a ação da família e da comunidade.

Os incisos IX E X do mesmo artigo, estabelecem padrões mínimos de qualidade de ensino para todas as modalidades da educação básica e também, a oferta de vaga na escola pública de educação infantil mais próxima da residência de toda criança ao completar quatro anos de idade.

A partir do momento que a criança está num ambiente escolar, a mesma está cercada de práticas educacionais, práticas que envolvem o “cuidar e educar”, assim a criança está sujeita a um acompanhamento do seu desenvolvimento que é realizado através da avaliação. Sobre esta questão, a Lei coloca no artigo 31 que a avaliação será feita através do acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, que são feitos na forma de pareceres descritivos do aluno, e esta avaliação se dará sem objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. Este artigo deixa claro a finalidade da educação infantil, que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, através do acompanhamento do aluno a longo prazo, o que traz mais possibilidades de trabalho para o professor e de desenvolvimento para a criança.

É importante ressaltar aqui que embora a LDB não tenha artigos que tratem especificamente do “cuidar e educar”, estas duas dimensões se fazem presentes quando a mesma Lei estabelece padrões de qualidade, atendimento da criança pequena em suas especificidades por exemplo, são deliberações que estão diretamente ligadas com o “cuidar e educar”.

3.1 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

As DCNEI foram produzidas pelo Conselho Nacional de Educação, no ano de 1999, é um documento de cunho mandatório para todas as instituições de cuidado e educação de crianças de 0 a 6 anos, a ser incorporado nas práticas das instituições de educação infantil. As diretrizes foram elaboradas com a contribuição do Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Educação fundamental e Coordenadoria de Educação infantil, além de contar com outros segmentos que tomam a criança de 0 a 6 anos como foco.

Segundo LUCAS (2009), “Esse documento reforça as finalidades atribuídas pela LDBEN a esse nível de ensino em relação às práticas de educação e cuidados que integram os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança”.

Sobre o cuidar e educar, as DCNEI afirmam que as instituições devem “assumir a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias” (MEC, 2010, p.17). Além disso, as instituições têm o dever organizar o tempo, os espaços e materiais que levem em conta a educação em sua integralidade, “entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo” (MEC, 2010, p.19).

As DCNEI estabelecem experiências para que a criança conduza sua aprendizagem por meio de situações de cuidado tomadas por ela mesma, assim como aponta Foucault (2004) ao discutir o “cuidado de si”. Isso é expresso pelo documento no seguinte eixo, a fim de garantir experiências que “Possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar” (MEC, 2010, p. 26).

Além disso, outro aspecto que se destaca nas DCNEI no que se refere à articulação com o ensino fundamental, em relação ao RCNEI, é percebido claramente quando as diretrizes fazem tal apontamento:

Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem

antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental (MEC,2010. p.30).

A criança como sujeito de direitos, que brinca, aprende, constrói e que tem suas inúmeras especificidades, continua num processo de aprendizagem sem que sejam perdidas as vivências da infância, em detrimento da transição para o ensino fundamental.

Nesse sentido, o parecer (ceb 22/1988), ao discutir as DCNEI em tal documento, contempla também a participação da família, estado e sociedade civil, na busca de estratégias de forma a “atender, estimular, apoiar e educar suas crianças, cuidando delas” (p.06), em termos oportunidade de acesso e qualidade de atendimento.

Além disso, reafirma como necessária a relação família-instituição, numa relação de parceria entre ambas, já que “ A família constitui o primeiro contexto de educação e cuidado do bebê. ” (PARECER, CEB 20/2009, p.13). Outro ponto colocado em relação à presença da família nas instituições, diz respeito à participação dos pais no conselho escolar, nos projetos didáticos e nas atividades promovidas pela instituição, a fim de acompanhar o desenvolvimento da criança: “nesse processo, os pais devem ser ouvidos tanto como usuários diretos do serviço prestado como também como mais uma voz das crianças, em particular daquelas muito pequenas”. (PARECER, CEB 20/2009, p.13).

As DCNEI apontam alguns princípios básicos para o atendimento na infância, são de ordem: éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades; Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática e Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

Estes princípios buscam “abraçar” as especificidades da infância, e “deste modo cooperação, cuidado, criação, convívio, uso de linguagens diversas, respeito pela criação do outro, são aspectos fundamentais a serem trabalhados”. (SOUZA, GRASSEL, p. 07).

Esses princípios devem estar incorporados na organização curricular e conseqüentemente, nas práticas pedagógicas das creches e pré-escolas, de forma que tais práticas devem ser

Intencionalmente planejadas e permanentemente avaliadas, as práticas que estruturam o cotidiano das instituições de Educação Infantil devem considerar a integralidade e indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural das crianças, apontar as experiências de aprendizagem que se espera promover junto às crianças e efetivar-se por meio de modalidades que assegurem as metas educacionais de seu projeto pedagógico. (PARECER CNE/CEB N°20/2009, p.06).

Essa deliberação é posta pela revisão das DCNEI, realizada no ano de 2009, a qual expõe visões muito interessantes para toda a educação infantil, a começar pela criança, pensada como centro de todo o planejamento curricular, a organização curricular proposta que caminha na direção de proporcionar um atendimento de qualidade, que respeite os direitos fundamentais da criança; as deliberações da lei a respeito da formação humana que a criança deve ter acesso, a valorização da diversidade, bem como a importância do espaço que a criança está inserida, dos programas de formação para os professores.

De modo geral, as DCNEI e os pareceres que instituem e que revisam tais diretrizes, fazem uma articulação muito coerente entre política e as especificidades da infância, e "traçam o percurso do currículo escolar, estabelecem a direção para a educação, mostram os caminhos, as ideias, as concepções a serem seguidas por todo o sistema educacional brasileiro". (SOUZA, GRASSEL, p. 02).

Olhamos para as DCNEI como um documento referência em nível nacional das propostas pedagógicas de educação infantil, pois discutem concepções importantes como criança, currículo, avaliação, proposta pedagógica, organização do tempo e espaço, enfim, concepções que abrangem a educação infantil como um todo, a fim de trazer um novo olhar sobre a infância e conseqüentemente, ao atendimento que é oferecido a elas no interior das creches e pré-escolas de educação infantil.

3.2 LDB E SUAS DELIBERAÇÕES PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Ao tratarmos da questão do “cuidar e educar” automaticamente pensamos nos profissionais que estão atuando nestas instituições de educação infantil, uma vez que são estes que estão presentes no cotidiano da criança trabalhando do sentido de cumprir os objetivos previstos pelos documentos legais que tratam da educação infantil. E para que tais objetivos com relação a criança e seu desenvolvimento sejam cumpridos, se faz necessário a formação profissional, para que haja clareza do trabalho que precisa ser realizado com as crianças de 0 a 6 anos no interior das instituições.

E sobre esta questão, a LDB tras alguns artigos que falam respeito destes profissionais. Para tanto, o artigo 61 relata sobre a formação dos profissionais que atuam na educação básica, devidamente formados, são aqueles habilitados em nível médio e superior atuantes para a docência na educação básica e também, os profissionais com diploma de pedagogia, bem como os profissionais com títulos de mestrado ou doutorado na área da educação e trabalhadores com diploma de curso técnico ou superior na área pedagógica. Nesse sentido, a Lei é bem clara ao estabelecer que os docentes atuantes na educação básica deverão ser formados em nível superior, e essa exigência atinge os professores da educação infantil formados pelo magistério, requisito que antes era necessário para o trabalho com crianças.

Pode-se observar que a LDBEN estabelece o tipo de formação que se espera do profissional para atuar na educação de modo geral, e além disso, a lei estabelece (inciso II, artigo 61) também que o profissional da educação precisa ter associação com teoria e prática que se dá por meio dos estágios, e desta forma, as experiências anteriores em educação são requisitos esperados tais trabalhadores.

Ainda sobre o profissional, a Lei assegura no inciso primeiro do artigo 62 que é dever da União, do Distrito Federal, dos estados e municípios promover a formação inicial, continuada e capacitação dos profissionais de magistério, com o intuito de preparar todos os docentes atuantes na educação de forma presencial ou a distância.

Além das exigências de formação profissional, a Lei valoriza no artigo 67 o profissional da educação, no sentido das formas de contratação, formação continuada, piso salarial, benefícios e a garantia de condições adequadas de trabalho.

Olhando para todas as demandas sobre formação profissional que a Lei 9394/96 traz, fica mais evidente ainda o desafio que as instituições de educação infantil carregam, ao incorporarem em suas práticas todas as deliberações colocadas pela Lei em questão, caminhando no sentido de “[...] trabalhar com as crianças pequenas em diferentes contextos educativos, envolvendo todos os processos de constituição da criança em suas dimensões intelectuais, sociais, emocionais, expressivas, culturais, interacionais” (CERISARA, 1999).

Essas especificidades que a educação infantil carrega, estão ligadas diretamente com o cuidar e educar, ao voltarmos ao RCNEI e a LDB quando falamos do desenvolvimento integral e em vários contextos educativos.

3.3 POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL: PELO DIREITO DAS CRIANÇAS DE ZERO A SEIS ANOS À EDUCAÇÃO

O documento da *Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação*, no qual é afirmado o direito das crianças de 0 a 6 anos. Segundo o site do Ministério da Educação vem conquistando cada vez mais afirmação social, prestígio político e presença permanente no quadro educacional brasileiro, tal documento foi publicado em 2006 pelo próprio MEC juntamente com a Secretaria da Educação.

Ao pesquisarmos a questão do “cuidar e educar” neste documento, encontramos as duas palavras ligadas à prática dos profissionais da Educação Infantil, e aliadas à pesquisa, vem construindo um conjunto de experiências capazes de sustentar um projeto pedagógico que atenda à especificidade da formação humana nessa fase da vida.

Tal documento menciona a ligação entre o cuidado e a educação como algo centenário no Brasil:

a Educação Infantil, embora tenha mais de um século de história como cuidado e educação, somente nos últimos anos foi reconhecida como direito da criança, das famílias, como dever do Estado e como primeira etapa da Educação Básica, dando a entender que a educação infantil foi exatamente isso durante todo esse período até aqui.

O documento da *Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação*, afirma que atualmente emerge uma nova concepção de criança como criadora, capaz de estabelecer múltiplas relações, sujeito de direitos, um ser sócio histórico, produtor de cultura. Na construção dessa concepção, as novas descobertas sobre a criança, trazidas por estudos realizados nas universidades e nos centros de pesquisa do Brasil e de outros países, tiveram um papel fundamental.

Essa visão contribuiu para que fosse definida, também, uma nova função para as ações desenvolvidas com as crianças, envolvendo dois aspectos indissociáveis: “educar e cuidar”. Tendo esta função, o trabalho pedagógico visando atender às necessidades determinadas pela especificidade das faixas etárias.

Neste documento, encontramos alguns paradoxos que frequentemente e historicamente se expressam em relação ao educar e cuidar: o cuidado acaba aparecendo como uma especificidade destinada ao corpo das crianças de 0 a 3 anos e a educação como prerrogativa das crianças de 4 a 6 anos.

São essas as questões que nos chamam atenção: seria o cuidar somente essa relação entre higiene e saúde? Ou também poderíamos associa-la a outros tipos de atividade? Esses fatos, somados ao modelo de “educação escolar”, explicam, em parte, algumas das dificuldades atuais em lidar com a Educação Infantil na perspectiva da integração de cuidados e educação em instituições de Educação Infantil e também na continuidade com os anos iniciais do Ensino Fundamental.

E nesta perspectiva, Guimarães (2012) diz que a proposta de uma Educação Infantil de qualidade inclui uma série de fatores, que vão das políticas públicas para a infância às condições físicas dos equipamentos e materiais educativos. Inclui, ainda, a formação de profissionais, a organização do tempo e do espaço institucionais, as ampliações de experiências, de produção e apropriação de

conhecimentos, os vínculos afetivos, o clima institucional e as inúmeras interações que a instituição favorece para crianças, adultos e comunidade. Os processos interativos que ocorrem nas instituições de Educação Infantil – entre crianças e adultos, entre adultos e adultos, das crianças entre si, das crianças e os diferentes contextos sócio-histórico-culturais e naturais etc. –, são determinantes para ampliar e promover o desenvolvimento infantil.

Portanto, ao longo da leitura deste documentos, neste contexto, é citado o Ministério da Educação, falando que o mesmo coordenou a elaboração do documento de Política Nacional de Educação Infantil, no qual se definem como principais objetivos para a área a expansão da oferta de vagas para a criança de 0 a 6 anos, o fortalecimento, nas instâncias competentes, da concepção de educação e cuidado como aspectos indissociáveis das ações dirigidas às crianças e a promoção da melhoria da qualidade do atendimento em instituições de Educação Infantil.

Como desdobramento desses objetivos, foi publicado o documento da *Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação, onde é afirmado o direito das crianças de 0 a 6 anos*¹, no qual se discutiam a necessidade e a importância de um profissional qualificado e um nível mínimo de escolaridade para atuar em creches e pré-escolas como condição para a melhoria da qualidade da educação.

É aqui que chegamos novamente a um dos pontos questionados por nós: a formação do professor. Como vimos acima, o documento afirma a importância de um bom profissional com uma boa formação para saber lidar com esse “cuidar e educar”

3.4 PARÂMETROS BÁSICOS DE INFRA-ESTRUTURA PARA INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nos *Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil*, produzido pelo Ministério da Educação juntamente com a Secretaria de Educação Básica, em 2006 coloca que o professor, junto com as crianças, prepara o ambiente da Educação Infantil, organiza-o a partir do que sabe que é bom e

importante para o desenvolvimento de todos e incorpora os valores culturais das famílias em suas propostas pedagógicas, fazendo-o de modo que as crianças possam transformá-lo. A criança pode e deve propor, recriar e explorar o ambiente, modificando o que foi planejado.

Com base no educar, o documento afirma que o espaço deve, portanto, ampliar os diferentes olhares, visando construir o ambiente físico destinado à Educação Infantil, promotor de aventuras, descobertas, criatividade, desafios, aprendizagem e que facilite a interação criança–criança, criança–adulto e deles com o meio ambiente. O espaço lúdico infantil deve ser dinâmico, vivo, “brincável”, explorável, transformável e acessível para todos. Portanto, neste documento, pudemos perceber a importância do ambiente para que possa haver um “educar” de maneira significativa para as crianças.

Desta forma, o espaço e a maneira como o profissional o organiza se torna uma ferramenta no sentido de poder proporcionar aprendizagens para as crianças. Sendo assim, “o espaço na educação infantil não é somente um local de trabalho, um elemento a mais no processo educativo, é, antes de tudo, um recurso, um instrumento, um parceiro do professor na prática educativa” (HORN,2006).

Ainda segundo a autora acima, essa dimensão educativa do espaço, tem muito a ver com a formação do professor que atua nas instituições de educação infantil, de maneira que o tipo de formação que este profissional recebe, reflete no modo em como este organiza e pensa os espaços.

3.5 PARÂMETROS NACIONAIS DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Nos *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil*, documento criado também pelo Ministério da Educação e Secretaria da Educação Básica, em 2006, vemos a intenção de aliar uma concepção de criança à qualidade dos serviços educacionais a ela oferecidos, implicando atribuir um papel específico à pedagogia desenvolvida nas instituições pelos profissionais de Educação Infantil.

Neste ponto pudemos ampliar nosso questionamento em relação a importância do “cuidar e educar”, pois as instituições devem captar as necessidades que os bebês evidenciam antes que consigam falar, observar suas reações e

iniciativas, interpretar desejos e motivações, e essas são habilidades que profissionais de Educação Infantil precisam desenvolver, ao lado do estudo das diferentes áreas de conhecimento que incidem sobre essa faixa etária, a fim de subsidiar de modo consistente as decisões sobre as atividades desenvolvidas, o formato de organização do espaço, do tempo, dos materiais e dos agrupamentos de crianças, como diz o PNQEI.

O documento ressalta que as relações educativas na instituição de Educação Infantil são perpassadas pela função indissociável do “cuidar e educar”, tendo em vista os direitos e as necessidades próprios das crianças no que se refere à alimentação, à saúde, à higiene, à proteção e ao acesso ao conhecimento sistematizado. Este último aspecto torna-se especialmente relevante no caso das creches no Brasil, onde em muitas delas ainda predomina um modelo de atendimento voltado principalmente à alimentação, à higiene e ao controle das crianças, como demonstra a maioria dos diagnósticos e dos estudos de caso realizados em creches brasileiras (CAMPOS; FULLGRAF; WIGGERS, 2004).

3.6 A IMPORTÂNCIA DOS DOCUMENTOS

Temos conhecimento de que existe um grande hiato entre o que o documento fala e o que a prática nos diz. Porém, o fato de toda e qualquer lei estar escrita em um documento legal é muito importante, por isso existem muitas brigas e disputas em relação à criação e inserção de temas em diversos documentos. De forma que aquilo que ficará ali escrito perdurará por muitos anos, pois é como cita Chauí (1989):

(...) A prática de declarar direitos significa, em primeiro lugar, que não é um fato óbvio para todos os homens que eles são portadores de direitos e, por outro lado, significa que não é um fato óbvio que tais direitos devem ser reconhecidos por todos. A declaração de direitos inscreve os direitos nos social e no político, afirma sua origem social e política e se apresenta como objeto que pede o reconhecimento de todos, exigindo o consentimento social e político. (Chauí, 1989, pg. 20).

Conseqüentemente conseguimos formar uma ligação bem forte em relação as leis que regem a educação infantil, e o que realmente acontece na prática, no dia-a-

dia de cada professora dentro de sala de aula com crianças da educação infantil. Durante nossa vida profissional, presenciamos muitas situações dentro de sala de aula, em estágios e em nosso campo profissional, em que as leis que nos direcionam a lidar com as crianças, ou até mesmo as leis que definem quantos profissionais têm de estar dentro do local não condizem com a realidade.

Este fator é bem evidente nas creches públicas, implicando bastante na qualidade da educação ofertada para essas crianças, os órgãos do governo não conseguem atender todas as demandas que estão citadas no papel, criando uma grande defasagem nas escolas.

Nesse sentido, pensamos que para proporcionar as situações necessárias ao desenvolvimento da criança em seus mais diversos aspectos e dimensões, tendo o cuidar e educar como inerente a esse desenvolvimento, colocamos como fundamental a formação do profissional que atua da educação infantil, tanto inicial como também a formação em serviço. Posto isso, a atualização constante do profissional como algo necessário ao seu trabalho, assim como as deliberações dos documentos legais a respeito deste sujeito, com base em algumas reflexões teóricas, será o que abordaremos no capítulo a seguir.

4 A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Um artigo de Machado (1999) nos reitera a importância da formação do profissional da educação infantil, pois a autora retrata a relevância de procurar sustentação em suportes teóricos que relatem as necessidades e as características do crescimento e desenvolvimento das crianças de 0 a 3 anos.

Segundo a autora, um dos principais objetivos do profissional da educação infantil é saber lidar com a faixa etária respeitando as especificidades de desenvolvimento infantil. Enfrentar com disposição e dedicação tudo o que acontece dentro de uma sala de maternal, onde acontecem diversas situações, como por exemplo, crianças chorando, jogando brinquedos, os complicados desfraldes ou os espaços não adequados, enfim, situações estas que são comuns à essa faixa etária. Nesta perspectiva, MACHADO (1999) diz:

Sabemos que é possível organizar o cotidiano de uma instituição de educação infantil de forma a que se torne um espaço de convivência agradável para crianças pequenas e adultos, com muita alegria, risos e afetividade. Uma agitação saudável propiciaria a troca de ideias, levando à ampliação das experiências e a novos conhecimentos. Aí veríamos meninas e meninos brincando de casinha, construindo castelos na areia, jogando bola, lendo livros, ouvindo músicas, comendo, descansando, experimentando uma combinação de cores com tintas e conversando com adultos e companheiros. Veríamos bebês dormindo tranquilos, mamando ou engatinhando atrás de uma bola ou de outro nenê, balançando os braços na direção de um brinquedo ou enfiando o dedinho em algum buraco no chão. Veríamos também adultos trabalhando envolvidos e satisfeitos com a profissão que escolheram. Se pudéssemos escolher pela criança (e mesmo se a criança pudesse escolher por ela própria) acreditamos que a decisão seria a de deixá-la passar uma parte do dia num lugar como esse. Comprova-se, cada vez mais, que a convivência entre crianças de 0 a 6 anos é decisiva para seu enriquecimento pessoal, desde que a instituição ofereça as condições fundamentais para satisfazer as necessidades de crescimento, desenvolvimento e bem-estar dessas crianças, promovendo a ampliação das experiências vivenciadas por elas e a apropriação de significados e conhecimentos delas decorrente (Machado, 1999, pg. 85).

É por isso que a formação desse profissional deve ser muito rica, contemplando uma diversidade de cursos, palestras que o auxiliem cada vez mais em seu trabalho com as crianças pequenas, os auxiliando lidar com eles e planejar rotinas que ajudem no desenvolvimento dessas crianças.

A formação dos profissionais é uma questão importante a ser tratada para que contemple de fato um entendimento teórico e prático sobre cuidar e educar. A formação inicial e continuada é um aspecto que ganha relevância também nos documentos legais, os quais estabelecem metas, mudanças, ações e direcionamentos para a educação básica.

Como já mencionamos anteriormente, a LDB (1994) trouxe avanços para a educação em alguns aspectos, assim como em relação aos profissionais atuantes da educação infantil. Esta lei definiu que os professores deveriam ser formados em curso superior, e para cumprir esta exigência os sistemas de ensino tiveram de providenciar a formação exigida para aqueles profissionais que já atuavam na educação infantil, que em sua maioria tinham magistério como formação. O prazo estabelecido para que todos os profissionais envolvidos atendessem as exigências estabelecidas foi de 10 anos a partir da promulgação da LDB (novembro de 1996). Além disso, a lei previu programas de educação continuada, aperfeiçoamento profissional continuado, além de períodos reservados para estudo, incluído na carga horária de trabalho (incisos II, V e VI do artigo 67).

Todas essas deliberações colocadas na forma da lei caminham no sentido de proporcionar formação inicial e continuada desses profissionais, mas por outro lado, a realidade nem sempre caminha nessa mesma direção que aponta a lei. Sobre esta questão, Kramer (2006) traz uma importante contribuição:

na prática, observa-se a tentativa de conciliar, numa mesma situação, profissionais com níveis de escolaridade distintos. No caso das creches comunitárias, esta realidade se impõe: profissionais não habilitados dedicam-se ao atendimento de uma parcela significativa da população de 0 a 6 anos, tentando suprir a omissão e ineficiência do Poder Público, sem falar do expressivo contingente de creches e pré-escolas particulares que contrariam a legislação quanto às instalações adequadas e à formação dos profissionais.

Essa questão foi claramente percebida por nós em nossas experiências como estagiárias na educação infantil, principalmente nas escolas privadas, nas quais encontramos muitos casos de professoras que atuavam na educação infantil sem ter curso de graduação em pedagogia, formação necessária prevista pela Lei.

Em relação à formação continuada, as professoras da rede privada relatavam que poucas vezes eram oferecidos cursos de formação. Isso revela que nem todas as instituições exigem ou proporcionam o tipo de formação que é exigida pela lei.

Assim como a LDB, destacamos também o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (MEC, 1998) e neste documento existe uma pequena parte destinada à questão da formação dos professores da educação infantil. O documento relata que muitos estudos têm apontado para a precariedade na formação do professor que atua em sala de aula. Segundo o documento muitos destes são profissionais ainda podem ser considerados leigos do ponto de vista da formação. Outro elemento complicador seria a baixa remuneração e a precarização das condições de trabalho (MEC, p.39).

Percebendo a inserção do professor neste cenário, o documento coloca que frente a essa situação e a todas as discussões feitas a respeito disso, apontam para a necessidade da formação de um novo profissional:

para responder às demandas atuais de educação da criança de zero a seis anos. As funções deste profissional vêm passando, portanto, por reformulações profundas. O que se esperava dele há algumas décadas não corresponde mais ao que se espera nos dias atuais. Nessa perspectiva, os debates têm indicado a necessidade de uma formação mais abrangente e unificadora para profissionais tanto de creches como de pré-escolas.

Isso revela o desafio posto para as instituições de ensino como forma de investimento em seus profissionais, a fim de promover o tipo de formação esperada, tanto inicial como também a permanente atualização em serviço, para que todas essas formas de conhecimentos refletissem positivamente em sala de aula, cumprindo assim, os objetivos previstos para a educação infantil.

Nesse sentido, o Referencial menciona que o trabalho com crianças pequenas exige um professor polivalente, sendo aquele que trabalha “com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento”, ou seja, é preciso que o professor conheça um pouco de tudo, e isso exige nada mais do que um “leque” diversificado de formação.

A respeito desta questão, Malta (1994), nos pareceu interessante a comparação estabelecida por Maria Malta, ao falar a respeito dos Estados Unidos, que estabelecem quatro níveis de práticas educacionais voltadas para as crianças pequenas, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 1 - quatro níveis de práticas educacionais voltadas para as crianças pequenas.

NÍVEL	FUNÇÃO	TRABALHO REALIZADO	FORMAÇÃO
Nível 1	Auxiliares de professores de educação infantil	Trabalham sob a supervisão direta dos profissionais	Possuem 2º grau
Nível 2	Professores associados de Educação Infantil	Trabalham autonomamente com as crianças/ responsabilizam-se por seu cuidado e educação	Devem demonstrar competências básicas definidas por um programa nacional de credenciamento (CDA)
Nível 3	Professores de Educação infantil	Responsáveis pelo cuidado e educação das crianças/ possuem maior conhecimento teórico e prático	Diploma superior de bacharel em educação infantil ou desenvolvimento infantil
Nível 4	Especialistas em Educação infantil	Supervisionam e treinam, planejam currículo e/ou administram programas	Bacharéis em educação ou desenvolvimento infantil / possuir no mínimo 3 anos de experiência como professor

O quadro mostra que os níveis correspondem a diferentes graus de formação, estes correspondem a realidade norte-americana, como bem lembra MALTA (1994). Mas o que nos chama atenção que a autora aponta alguns questionamentos em

relação a nossa realidade, e se caberia estabelecer níveis de formação para os professores de educação infantil, assim como é feito nos Estados Unidos. O fato é que o tipo de formação que os profissionais atuantes recebem precisam ser repensados e planejados de forma que atendam ao maior número possível de demandas com qualidade, a fim de caminhar no sentido de trabalhar com as crianças em sala de aula numa “concepção integrada de desenvolvimento e educação infantil” (1994, pg. 37).

Caberia então pensar na proposta de partilhamento de conhecimentos, objetivos, ideias e discussões, para que os professores com diferentes níveis de formação pudessem pensar juntos a educação infantil. Esses momentos de troca possibilitariam “[...] uma dimensão nova, no sentido de permitir que os profissionais com diferentes níveis de formação se aperfeiçoem e atualizem, construindo coletivamente um saber sobre o desenvolvimento de crianças pequenas em grupo” (MALTA 1994, pg.38). Se colocado em prática assim como a autora sugere, estes momentos de formação serviriam de enriquecimento ampliação de repertórios por parte de todos os envolvidos nas trocas de saberes e conhecimentos.

Seguindo a linha dos documentos oficiais, destacamos também os Parâmetros Nacionais de qualidade para a educação infantil (MEC, 2006), separados em dois volumes, os quais contém referências de qualidade para a educação infantil para serem utilizadas nas instituições que ofereçam atendimento às crianças de 0 a 6 anos de idade. Neste documento fica claro que deve ser garantido pelo Ministério da Educação, bem como as Secretarias de educação dos estados, garantir o cuidado e a educação com qualidade para as crianças que estão nas instituições. Também é estabelecido como tarefa dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação, das Secretarias de Educação, investigarem os problemas referentes a educação infantil e da formação dos professores, manifestarem as questões relativas a formação dos mesmos, e como resposta, estas esferas devem oferecer soluções, a fim de caminhar para a qualidade da educação infantil colocada de acordo com os parâmetros.

No site “Cidade do conhecimento”, portal educacional de Curitiba, existe uma parte onde ficam disponíveis vários documentos legais que falam a respeito da

educação infantil, contemplando os documentos federais, estaduais e municipais. Lá encontramos um documento denominado Normas e Princípios para a Educação infantil no Sistema de Ensino do Paraná (Deliberação n.02. De 06 de junho de 2005), o qual estabelece que a educação infantil tem como objetivo “cumprir com as funções indispensáveis e indissociáveis do cuidar e educar” (p. 01), levando em conta o desenvolvimento físico, afetivo, social e cognitivo da criança, o que está relacionado diretamente com práticas educativas. Sobre a formação do profissional da educação infantil o documento afirma que “ “a mantenedora promoverá o aperfeiçoamento dos profissionais de educação infantil em exercício, de modo a viabilizar formação continuada” (Art. 17). Além disso, é estabelecido a formação mínima para atuar na educação infantil, sendo assim, as instituições que apresentam profissionais sem essa exigência “deverão adotar providências, visando a formação específica dos mesmos em Educação infantil ” (Art. 52).

A respeito da formação do profissional contemplada nos documentos oficiais, Vitta (2004) afirma que:

É necessário destacar que a qualidade do serviço oferecido pela creche não diz respeito apenas à formação do profissional que lida diretamente com a criança. Depende de toda uma organização social, representada pelas leis e pela organização pedagógica das instituições.

A distância entre o que está proposto legalmente e o que é praticado no cotidiano das creches e pré-escolas é uma questão que nos chama atenção, uma vez que muitos são os direcionamentos postos pelas leis, principalmente no que diz respeito ao professor atuante da educação infantil.

Olhando para essas políticas voltadas para a educação infantil, achamos importante recorrer à base teórica, para tentarmos compreender melhor como está sendo discutida essa questão de teoria e prática, no caso, documentos legais e realidade das instituições, mais especificamente sobre a formação do profissional. Nesse sentido, Barreto (1994) afirma que:

a definição de uma Política de Formação do Profissional constitui uma das tarefas mais urgentes para a implementação da Política de Educação Infantil, e, como pode ser verificado numa breve análise da situação atual, um importante desafio a ser enfrentado.

A autora segue dizendo que segundo os dados do MEC/SEF/COEDI/DPE de 1994, “o percentual de leigos atinge 18.9% dos professores da pré-escola do país e em alguns estados supera um terço do corpo docente”. Dados como esse revelam o desafio posto para as instâncias de formação. Todos os documentos legais que analisamos, e que falam a respeito do profissional, estabelecem que a formação deve ser oferecida com qualidade, no entanto, “ estudos têm mostrado que a formação do professor da educação básica, nela incluída a pré-escola, deixa muito a desejar no Brasil” (BARRETO,1994), principalmente no que se refere ao cuidar e educar, o desafio toma uma dimensão ainda maior.

Diante disso, Kramer (1994) propõe “ o necessário diagnóstico dos profissionais da educação infantil e das diferentes agências formadoras hoje existentes”, para que assim sejam tomados os direcionamentos necessários a fim de pensar numa requalificação dos cursos de formação. De outro lado, os cursos emergenciais pensados para garantir formação parecem não corresponder as reais necessidades dos professores.

Contraopondo-se a essa realidade a autora pensa em uma política que envolva formação, escolarização e carreira, o que envolve um caminho de construção ao redor da educação infantil. Rosemberg (1994) parece com outras palavras, concordar com essa mesma perspectiva, ao defender:

(...) a necessidade de que o profissional em educação infantil tenha acesso a uma educação formal específica (que lhe é garantida constitucionalmente), e que lhe permita o acesso a uma habilitação profissional específica, socialmente reconhecida e lhe possibilite progresso na carreira.

Diante dessas perspectivas, acreditamos que a questão da formação implica pensar e planejar uma grade curricular, não só dos cursos de formação inicial como também, na formação continuada e em serviço, a fim de atender a essas necessidades do profissional, com ênfase teórica e prática a respeito da educação infantil.

Azevedo e Schnetzler (2001) discutem a formação inicial e continuada dos professores da educação infantil e apontam alguns princípios a serem considerados, sendo eles: “conhecimento teórico e prático”, “ter contato com discussões e práticas

que estimulem a sua atuação numa perspectiva crítico-reflexiva”, [...] articulação entre cultura e conhecimento, educação e sociedade”, “considerar a criança em seu contexto social e cultural”. Estes objetivos colocados pelas autoras são pensados a fim de formar docentes que atuem de forma crítica. Porém, tudo isso implica no aperfeiçoamento das formações que são oferecidas, assim como também na “reconceptualização da teoria e do desenvolvimento prático do professor, enriquecida por olhares teóricos mais adequados á condição da criança como ser histórico e social que é (p. 13).

O fato é que como vários autores relatam, a realidade da questão da formação deixa a desejar, assim como pontua Silva e Rossetti-Ferreira (2002) “ a distância entre a realidade de nossos profissionais – que há anos foi cultivada por descaso e incentivos negativos das políticas públicas – e as novas questões a eles impostas são bastante grandes”.

Isso implica um “intercâmbio” entre todos aqueles que estão ligados a educação, sejam eles professores, formuladores de políticas públicas de atendimento á criança pequena, pedagogos, teóricos da educação enfim, para que de alguma forma haja contribuição desses “grupos” tanto no campo da teoria como na realidade, e transpostos para a prática vivida nas instituições de educação infantil.

Observando o que os autores pontuados neste capítulo dizem a respeito da formação profissional, achamos que seria interessante se direcionássemos nosso olhar para o profissional. Pensando nisso, abordaremos a seguir sobre nossa pesquisa empírica, que envolve o cuidar e o educar na formação do profissional da educação infantil.

5 O CUIDAR E EDUCAR E A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL: ANÁLISE EMPÍRICA

A formação do professor é uma questão que nos interessa muito, já que é este que atua junto da criança diariamente, cuidando e educando, criando situações de brincadeira, interações, de trocas enfim, é este profissional que precisa estar em constante atualização para que possa levar para sala de aula esse “mundo” de coisa a fim de desenvolver a criança integralmente, em suas múltiplas dimensões.

Nesse sentido, nosso foco empírico girou em torno dos cursos de formação. Em nossa pesquisa, procuramos analisar os cursos ofertados pela SME (Secretaria Municipal de Educação) para os professores e funcionários dos Cmei's na rede municipal, e quais estão envolvidos com o cuidar e educar, e quantos deles dão a importância para esse tema. Definido isso, procuramos a Secretaria Municipal de Educação, mais precisamente, a coordenadora de formação continuada da Secretaria Municipal da Educação- Departamento da educação infantil (Cíntia).

A coordenadora nos disponibilizou as planilhas com os títulos dos cursos de formação para os professores da Rede Municipal de Curitiba, do ano de 2014. Após a análise da planilha, organizamos todos os títulos dos cursos que envolvem a educação infantil, como mostra a tabela a seguir:

Quadro 2: Quadro dos cursos

QUADRO CUSOS 2014	
TÍTULO DO CURSO	CARGA HORÁRIA
01- TABLETS NA EDUC. INF. - PROJETO PILOTO PARA IMPLANTAÇÃO NA RME DE CURITIBA/2014	88:00
02- ALIMENTAÇÃO INFANTIL PARA PROFISSIONAIS DOS CMEIs / 2014	28:00
03- LUGARES SECRETOS EM CADA HISTÓRIA UMA AVENTURA/2014	32:00
04- 04-PEDAGOGOS(AS) DE CEIs CONVENIADOS/2014	

	36:00
05- PROJETO MÚSICO DA FAMÍLIA AO VIVO - GRUPO DE ESTUDOS /2014	136:00
06- PROFESSORES INICIANTE EM EDUCAÇÃO INFANTIL - CEIs CONVENIADOS / 2014	40:00
07- FORMAÇÃO CONTINUADA DE PEDAGOGAS DA EI DOS CEIs CONVENIADOS - 2014	80:00
08- PROFESSOR EM AÇÃO DRAMÁTICA - 2014	60:00
09- DANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL/ 2014	32:00
10- DIRETORES INICIANTE EM CMEIs/2014	44:00
11- REFERENCIAIS PARA ESTUDO E PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL/ 2014	200:00
12- FORMAÇÃO DE FORMADORES: SABERES E FAZERES COM A LINGUAGEM MOVIMENTO / 2014	60:00
13- JOGOS MATEMÁTICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ / 2014	76:00
14- FORMAÇÃO DE FORMADORES - SABERES E FAZERES EM ORALIDADE E LEITURA /2014	52:00
15- AÇÃO COMPARTILHADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA CEIs CONVENIADOS - 2014	24:00:00
16- CONSTRUINDO PERCURSOS: BEBÊS E EDUCADORES EM AÇÃO - 2014 (NOITE)	188:00
17- FORMAÇÃO DE FORMADORES - SABERES E FAZERES EM LINGUAGEM VISUAL /2014	60:00

18- A EDUCAÇÃO INFANTIL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CURITIBA/2014	16:00
19- FORMAÇÃO DE FORMADORES - SABERES E FAZERES COM A LINGUAGEM MUSICAL/2014	60:00
20- RELAÇÕES NATURAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL - MATERNAL III E PRÉ/2014	40:00
21- LEITURA PARA CRIANÇAS PEQUENAS /2014	40:00
22- I SEMINÁRIO MUNICIPAL DO PROJETO FAMÍLIA/ COMUNICAÇÃO, EXPOSIÇÃO E POSTERES/2014	4:00
23- FALAR DE QUE? 2014	40:00
24- A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ETNICO RÁCIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL- 2014	16:00
25- FORMAÇÃO CONTINUADA AOS SEGMENTOS DO CONSELHO DO CMEI 1º SEMESTRE - 2014	8:00
26- SINAIS DE ALERTA /2014	4:00
27- CONSTRUINDO PERCURSOS: BEBÊS E EDUCADORES EM AÇÃO - 2014 (MANHÃ)	136:00
28- ALEITAMENTO MATERNO E ALIMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA TURMAS DE BERÇARIOS-2014	8:00
29- EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ESTRATÉGIAS PARA VALORIZAR AS PRÁTICAS/2014	20:00
30- I CIRCUITO DE EXPRESSÃO DRAMÁTICA NA PEQUENA INFÂNCIA - 2014	12:00
31- GED EI - ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS - 2014	8:00
32- LINGUAGEM VISUAL NA EDUCAÇÃO	

INFANTIL DAS ESCOLAS - 2014	40:00
33- FORMAÇÃO DE FORMADORES: SABERES E FAZERES - CEIs CONVENIADOS/2014	24:00
34- PROGRAMA MAMA NENÊ - LACTARISTAS /2014	4:00
35-REFLETINDO SOBRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DOS CMEIs - 2014	32:00
35- PALESTRA PROTAGONISMO INFANTIL/ 2014	4:00
36- CONTINUADA DE PEDAGOGOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL/NRECJ - 2014	72:00
37- FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PEDAGOGOS (AS) E DIRETORES (AS) DE CMEIs/ 2014	64:00
38- FORMAÇÃO CONTINUADA DE PEDAGOGAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL/NREBQ - 2014	64:00
39- FORMAÇÃO CONTINUADA DE DIRETORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL/NREBQ - 2014	36:00
40- LINGUAGEM MOVIMENTO NO MATERNAL II/2014	28:00
41- O ENIGMA DAS LETRAS: DESCOBRINDO A LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL/ 2014	32:00
42- GESTÃO DOCUMENTAL NA PRÁTICA/ 2014	72:00
43- EDUCADORES INICIANTES EM 44- CMEIs - JUNHO 2014	16:00

O quadro acima foi construído a partir de um quadro geral composto por 439 cursos ofertados aos professores da Rede Municipal de Curitiba. Selecionamos dentre estes os 43 que direcionam à educação infantil.

Ao analisarmos os cursos, observamos que nenhum deles leva o cuidar e educar como título porém, muitos cursos dos quais listamos acima nos passam a ideia de que de alguma forma o cuidar e educar está presente, como por exemplo: **Construindo percursos: bebês e educadores em ação - 2014 (noite), A educação infantil nas escolas municipais de Curitiba/2014, Educadores iniciantes em CMEIs, Aleitamento e alimentação complementar, Refletindo sobre o PPP** e alguns mais.

Estes foram alguns exemplos que pelo título nos passam a ideia de que abordam o “cuidar e educar” mas, só poderíamos descobrir do que realmente se tratam os cursos, através da leitura das ementas. Percebemos também que alguns cursos trazem títulos curiosos e que por isso nos chamaram atenção, como por exemplo: **Falar de quê? Lugares secretos em cada história uma aventura**, ou ainda, **Sinais de alerta**, títulos “diferentes” poderiam ou não, abordar o cuidar e o educar, mas isso requer uma leitura de suas ementas

No entanto, tais ementas não foram disponibilizadas pela Secretaria, o que prejudicou o aprofundamento de nossa pesquisa baseada nos cursos de formação, nos deixando limitadas somente aos títulos dos cursos.

A análise deste documento, planejada desde o início da nossa pesquisa não se mostrou muito frutífera, pois apenas os títulos não foram suficientes para responder às nossas questões. Em face a este desafio tivemos de recorrer a outro instrumento de pesquisa, que foram questionários encaminhados para pedagogas e professoras da rede municipal de Curitiba.

O questionário é um ótimo instrumento de coleta quantitativa de dados, é definido pelos autores Chizzotti (1995) e Pádua (2005) como um conjunto de questões formuladas pelo pesquisador diretamente respondidas pelos informantes.

Como instrumento de coleta de dados, elaboramos um questionário semiestruturado: os pedagogos responderam a quatro perguntas fechadas e de múltipla escolha, gerando um resultado quantitativo-qualitativo no fim de análise dos

mesmos; e mais outra pergunta direta sobre o termo cuidar e educar dentro da rede pública municipal, gerando uma análise qualitativa.

No questionário para os professores, elaboramos três perguntas fechadas de múltipla escolha, e uma direta.

Com esses questionários iremos fazer uma análise em torno do termo “Cuidar e Educar” dentro das instituições de educação Infantil da Rede Municipal de Curitiba. Inicialmente levantando dados que envolvam os termos nos quais os profissionais acham estar relacionados. Posteriormente iremos inferir sobre alguns aspectos da formação continuada desses profissionais em relação ao “Cuidar e Educar”.

5.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS: PEDAGOGAS

O questionário foi enviado para oito pedagogas, mas só obtivemos a resposta de cinco delas, que atuam na Rede Municipal de Curitiba em Cmei's.

A primeira pergunta do questionário era referente ao tempo de atuação de cada pedagoga na rede municipal, observamos pelo gráfico que está bem dividida a experiência de cada uma, sendo que 2 das pedagogas afirmam estar há mais de 10 anos na instituição.

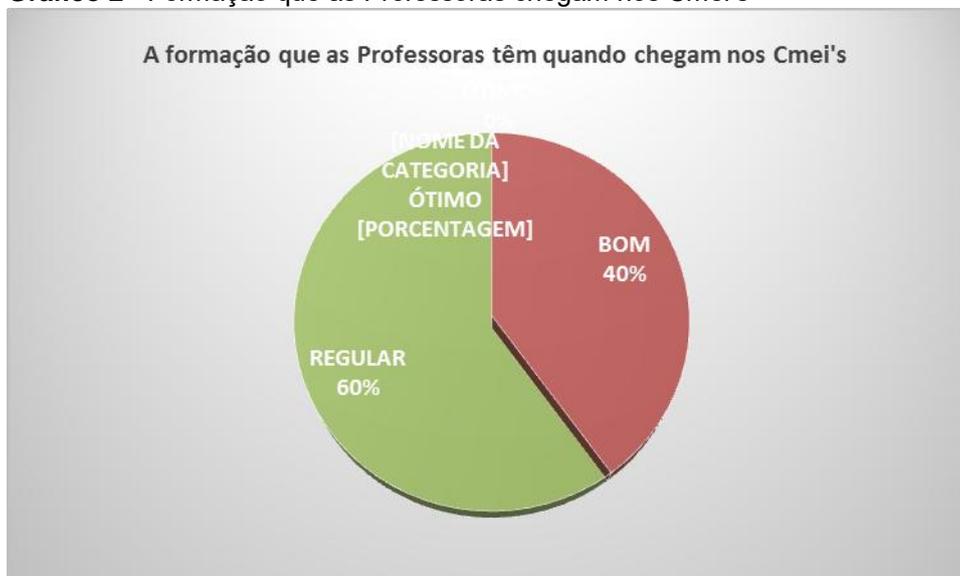
Gráfico 1 - Quanto tempo de atuação como Pedagoga na Rede Municipal de Curitiba



Fonte: As autoras

No gráfico abaixo visualizamos a resposta à pergunta dois: perguntamos a elas que conceito dariam para a formação com a qual as professoras chegam aos Cmei's:

Gráfico 2 - Formação que as Professoras chegam nos Cmei's



Fonte: As autoras

De acordo com o gráfico, 60 por cento das pedagogas consideram que a formação inicial com a qual as professoras chegam aos CMEIS é apenas regular. Neste ponto que podemos repensar no quão importante são as ações de formação continuada e em serviço para estas profissionais e se as mesmas estão sendo ofertadas, já que a formação das mesmas representa um processo contínuo e permanente de desenvolvimento.

Ao pesquisarmos em relação aos cursos ofertados para os professores, esperávamos encontrar mais cursos que abordassem o “cuidar e educar” de forma explícita, que seria de grande importância para a formação desses profissionais, como aponta Rocha:

Entendendo a palavra cuidado no sentido mais amplo possível, o que significa que tal compreensão deve orientar as práticas da educação infantil, caracterizadas como ações de cuidar e educar de forma integrada. (ROCHA, 2012, vol.1)

Na próxima questão, abordamos o tempo destinado para as formações ofertadas às professoras dentro dos Cmei's, o qual trouxe um resultado bem diferente da questão anterior, pois 60% das pedagogas classificou como “BOA” a formação ofertada pela rede:

Gráfico 3 – Tempo destinado à formação de Professores

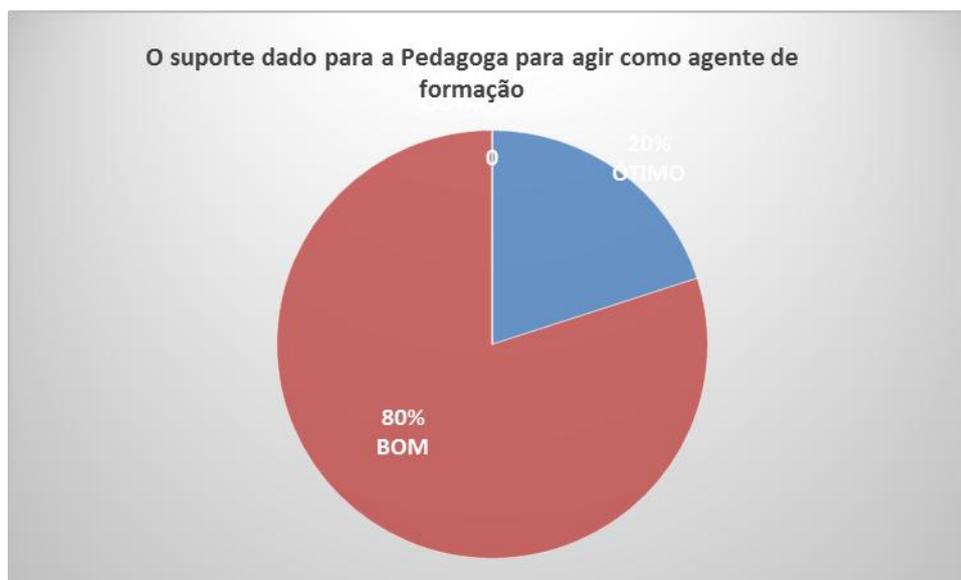


Fonte: As autoras

De fato, quando estudamos a tabela que recebemos da Secretaria Municipal da Educação infantil, vimos que não são poucos os cursos ofertados por eles, porém, a abrangência de temas não permite um aprofundamento mais incisivo em temáticas centrais e básicos como o educar e cuidar.

Na pergunta em que as pedagogas são questionadas em relação ao suporte dado pela Rede para a sua formação, expressa no gráfico 4 a resposta foi muito positiva, como podemos visualizar a seguir:

Gráfico 4 – Suporte dado para a Pedagoga como agir como agente de Formação



Fonte: As autoras

Para esta questão 80% das pedagogas classifica como “BOA” a capacitação que lhes é ofertada. Pelo quadro com os cursos de formação oferecidos pela Secretaria, observamos que apenas 6 cursos são oferecidos aos pedagogos, sendo eles: **Pedagogos dos CEIs conveniados/2014**, **Formação continuada de pedagogos da EI dos CEIs conveniados-2014**, **Formação continuada de pedagogos da educação infantil NRECJ-2014**, **Formação continuada de pedagogos(as) e diretores(as) de CMEIs/2014**, **Formação continuada de pedagogos da Educação Infantil NREBQ (de 36 e 64 hrs)**. Porém a resposta positiva dos mesmos, dá a entender que não apenas os cursos, mas o apoio geral da Secretaria Municipal de Educação para a capacitação da pedagoga como agente de formação profissional esteja sendo muito satisfatório.

A próxima pergunta já parte para uma questão aberta. Questionamos as pedagogas da seguinte maneira:

- Como você percebe que o “Cuidar e educar” faz parte do entendimento das educadoras quando elas chegam no ambiente de trabalho, com a formação inicial que essas profissionais têm?

As pedagogas responderam de formas diferentes, abordando a questão de que as professoras por muitas vezes não percebem a importância das práticas cotidianas, não atentando para o valor que elas têm. Segundo as respostas ainda há

uma cultura que valoriza as “atividades em papel” para que aquele aprendiz tenha um registro, comprovando assim que aconteceu um ensinamento, numa franca associação com as práticas de escolarização relacionadas com a cultura escolar do ensino fundamental.

Outro elemento que tal resposta nos oferece foi a necessidade destas profissionais de apresentarem “provas” através de atividades registradas para mostrar que estão trabalhando, como se as atividades todas do cotidiano que não podem ser “mostradas” não as valorassem como profissionais, conseqüentemente passando despercebido aquela parte que seria o cuidado, deixando de lado a criança e dando foco para o educar somente.

Uma das respostas que mais se repetiu foi de que “as professoras ficavam aflitas pois não percebem a importância que o cuidar tem, dando grande importância aos registros das crianças, para poder mostrar serviço para à coordenação”.

Abordaram também a resistência que muitas professoras têm em relação ao cuidado, achando que esta questão é “obrigação da família e não da escola”, porém temos de ter noção de que se estamos com uma criança pequena, devemos dar a devida atenção para os cuidados, e isso é fundamental para que a criança se eduque em relação a isso também, e neste sentido, Leonardo Boff traz uma contribuição:

O que se opõe ao descuido e ao descaso é o cuidado. Cuidar é mais que um ato; é uma atitude. Portanto, abrange mais que um momento de atenção. Representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro. (Boff, 1999)

Por isso, a maioria das pedagogas reiteram que as professoras necessitam de mais formação em relação a junção desses dois termos, para compreenderem que o “Cuidar e Educar” caminham juntos e devem ser planejados para o desenvolvimento das práticas educativas diárias dentro de uma sala de aula na Educação Infantil. Mediante este dado trazido pelas pedagogas reiteramos a ideia de que os cursos ofertados para a formação em serviço destas profissionais deveriam sim abordar insistentemente o educar e cuidar no exercício profissional da educação infantil para que elas consigam ter mais entendimento sobre o assunto.

Algumas pedagogas foram muito sucintas em sua resposta, confirmando que as professoras têm ótimo entendimento entre a junção dos termos, e sabem lidar muito bem com a indissociabilidade que o “Cuidar e Educar” traz com essa união, cientes assim da importância disto dentro da Educação Infantil.

A questão seguinte, foi relacionada a como as pedagogas procuram auxiliar as professoras com o conhecimento mais aprofundado em relação a junção dos termos “Cuidar e Educar” em suas ações na rotina diária dentro de sala de aula.

Primeiramente, as pedagogas ressaltaram a importância do aprofundamento que é preciso dar na relação teórica e prática, citando os DCNEIs como o principal documento utilizados pelas mesmas, afirmando que estudam constantemente e procuram apoio em muitos autores, além outros materiais, como mostra o seguinte trecho retirado de uma das respostas dos questionários: “nosso principal documento é a DCNEIs, estudamos e nos apoiamos nas ideias de Maria Carmem Barbosa e Angela Coutinho, além dos materiais da RME.”

Em relação ao processo formativo várias afirmaram que só é potente se relacionado a ação-reflexão-ação, na opinião delas a principal função do pedagogo formador é apoiar os professores desde a elaboração do planejamento, acompanhamento em sala para tematização da prática, avaliação e replanejamento, partindo de um entendimento de coparceira entre pedagoga e professoras em prol de um objetivo comum, a criança como centro do processo, refletindo sobre os planejamentos que são elaborados, tendo atividades permanentes e uma rotina onde o tempo didático é alvo das reflexões, buscando propostas onde a criança é protagonista do seu processo de desenvolvimento.

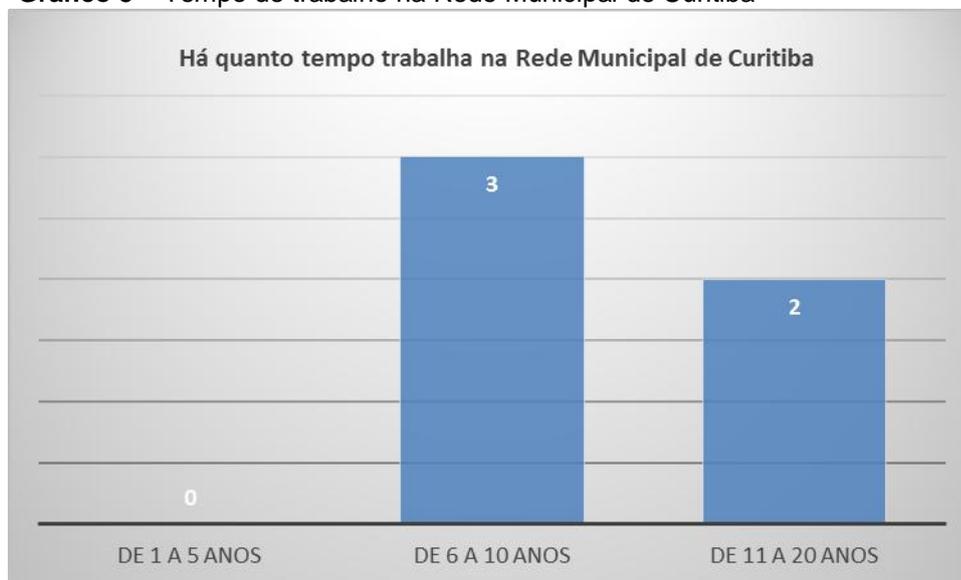
Estudo de referenciais teóricos, nas observações das práticas educativas desenvolvidas em sala com filmagens e posterior devolutiva nas permanências. Auxílio na organização do planejamento e vídeos e fotos com exemplos de boas práticas.

5.3 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS: PROFESSORAS

O questionário foi enviado para sete professoras, porém recebemos as respostas de apenas cinco delas, todas atuando na Rede municipal de Curitiba, em Cmei's. As

professoras que responderam o questionário estão há mais de seis anos trabalhando na rede, sendo que duas delas já tem 20 anos de carreira no Cmei, como podemos verificar no gráfico abaixo:

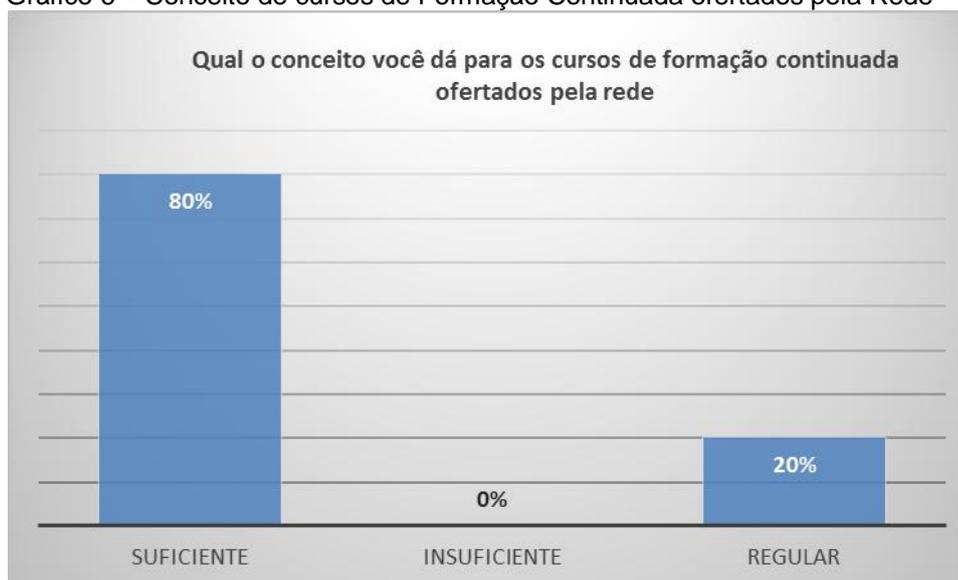
Gráfico 5 – Tempo de trabalho na Rede Municipal de Curitiba



Fonte: As autoras

No gráfico a seguir, questionamos as professoras a conceituar os cursos de formação continuada que são ofertados pela Rede:

Gráfico 6 – Conceito de cursos de Formação Continuada ofertados pela Rede



Fonte: As autoras

Como demonstrado acima, 80% delas responderam que é suficiente. Porém, quando analisamos o conjunto de cursos ofertados no ano de 2014 percebemos que do total de 439 cursos ofertados apenas 43 eram destinados à Educação Infantil, ou seja, cerca de 10 por cento dos cursos de formação. E ainda dentro destes 43 cursos identificamos pelo título que ao menos oito se destinavam às pedagogas e diretoras o que reduz ainda mais o número de ofertas. Os títulos dos cursos ofertados no ano de 2014 nos levaram a refletir sobre os temas, variados e dispersos e que apesar de certamente necessários não revelam o enfoque na ideia de “cuidar e educar”.

A importância de uma boa formação para o professor da educação infantil tem que se dar com foco nas suas práticas diárias, pois é exigido dessas profissionais tudo de si, Kramer nos traz o seguinte pensamento em relação a isso:

O professor também deve fazer sua parte, procurando uma contínua formação, tentando fazer de cada momento de cuidado, um momento educativo e lúdico. Deve estar ainda sempre fazendo cursos que possam facilitar suas práticas no cotidiano escolar, para dessa forma estar preparado para trabalhar e enfrentar os obstáculos do dia a dia escolar, assim como incluir em seus projetos pedagógicos atividades que integrem o cuidar e o educar de forma prática. (Kramer, 2012, p.13)

Devido a este fato, a professora da educação infantil deve também procurar todos os tipos de formação, não somente as que lhe são oferecidas, pois achamos

que é necessário existir uma constante renovação de seus conceitos e práticas para com seus alunos e também para com a forma de agir, planejar e se portar, para que traga boas práticas dentro da sala de aula, algo fundamental para quem trabalha com a Educação Infantil.

Ao analisarmos a questão em relação a opinião das professoras sobre os cursos ofertados pela rede, a maioria acha suficiente. Sabemos que a formação do professor é essencial para que seu desempenho dentro de sala de aula renda a cada dia mais, como aponta BARRETO:

A formação do professor é reconhecidamente um dos fatores mais importantes para a promoção de padrões de qualidade adequados na educação, qualquer que seja o grau ou modalidade. No caso da educação da criança menor, vários estudos internacionais têm apontado que a capacitação específica do profissional é uma das variáveis que maiores impactos causam sobre a qualidade do atendimento. (BARRETO, 1994, p. 67)

Os profissionais precisam de condições e de tempo para estudar. De tempo pago para o trabalho de se qualificarem (KRAMER,1994), e com nossa pesquisa pudemos ter a certeza de que muitos cursos são ofertados, porém não sabemos se são obrigatórios, se são todos os professores que participam e não tivemos acesso as ementas. Conseqüentemente não pudemos dar uma opinião concreta em relação a essa formação, somente que ela é oferecida incisivamente.

A pergunta seguinte foi relacionada a termos que as professoras relacionavam com “Educar”, e as respostas foram as mais variadas possíveis.

Uma das respostas que mais nos chamou atenção foi a seguinte: “preparar pessoas para o mundo”. Seria essa somente a resposta para o que podemos relacionar ao educar? Para analisar esta resposta pensamos muito no que nós responderíamos, pois existem muitas outras palavras que esperávamos ler nas respostas desses questionários.

Contrapondo a ideia anterior, outras professoras relacionaram o educar ao ato de se tornar possível, de forma integral, que as crianças se desenvolvam em todas as suas áreas de formação, se tornando um cidadão crítico e responsável, transformando, confiando, tendo aprendizado, experiências amor e dedicação, como

vemos no trecho retirado do questionário: “o educar se resume ao ensinar, com amor, com paciência, com carinho e dedicação”.

A pergunta seguinte foi relacionada a termos que as professoras relacionavam com “Cuidar”, e praticamente todas relacionaram ao ato de não deixar nada de ruim acontecer, tanto fisicamente e psicologicamente, e também a questão de higiene pessoal, auxílio às necessidades pessoais, afetividade, segurança, opiniões ouvidas e respeitadas, tendo preocupação com alguém, cuidando e zelando pelas crianças, como podemos observar no trecho a seguir: “o cuidado é aquele onde você zela pela criança, tanto em sua higiene quanto na sua segurança”.

Com relação às respostas que obtivemos, percebemos que as concepções de cuidar e educar embora pareçam estar bem claras, na opinião das pedagogas ainda são valorados de maneira diferenciada. Isso se revela nas práticas pedagógicas das professoras. Tal fato é percebido nas falas das pedagogas, quando afirmam que há uma valorização maior para as “atividades de papel”, ou seja, no que é voltado aos saberes escolares e logo, ao educar. O cuidado, por sua vez, acaba por ser menos valorado.

Por outro lado, dentro da visão das professoras, o educar assume diferentes funções que parecem envolver o cuidar, principalmente quando se fala em “formação integral da criança”, termo este obtido em um dos questionários. O cuidar aparece como ligado a um sentimento de proteção, higiene, afetividade, enfim, termos que nós esperávamos encontrar nas respostas das professoras, até mesmo devido a todo o percurso feito por nós nos materiais teóricos, que mostram estas características ligadas ao cuidado. Porém, tais referências, colocam o cuidar e educar como indissociáveis um ao outro.

Acreditamos que seja necessário maior formação, assim como também insistem as pedagogas em suas falas nos questionários, para que haja o entendimento de que o cuidar é inerente ao educar e para que estas duas concepções, estejam presentes no cotidiano da creche e da pré-escola.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Voltando para o caminho percorrido até aqui analisamos, a partir do suporte teórico utilizado, o percurso que o cuidar e o educar foram tomando na Educação Infantil brasileira. Constatamos que a educação infantil durante muito tempo, teve por finalidade oferecer somente o cuidado às crianças, e acabou por atribuir uma visão de trabalho assistencialista no ambiente educacional, de forma que tal visão ainda está presente nas creches e pré-escolas. O educar por outro lado, era visto como uma função mais “elaborada” no trabalho com crianças em relação ao cuidar, e segundo Cerisara (1999), eram mais voltados ao modelo escolar.

A percepção do cuidar e educar como indissociáveis e complementares um ao outro no trabalho com as crianças de 0 a 6 anos, tomou forma e conhecimento a partir da Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases (n.9394/96, as quais trouxeram importantes contribuições para a educação infantil, e a partir destas duas leis, mais políticas educacionais voltadas à infância foram criadas com o intuito de proporcionar uma educação de qualidade.

A partir do debate sobre a educação de crianças de 0 a 6 anos houve a necessidade de se pensar em políticas de formação de profissionais, e dentre os documentos que analisamos, percebemos que há uma certa distância entre o que é proposto legalmente e o que se têm na prática, a começar pela questão da formação inicial, uma vez que é exigido a formação em nível superior para atuação em magistério na educação infantil (MEC, Art. 62º, 1996). O mesmo se aplica à formação continuada destes profissionais, e segundo KRAMER (2006) se torna um desafio para as instâncias municipais, estaduais e federais, de forma que tal desafio “ [...] tem muitas facetas, necessidades e possibilidades, e atuação, tanto na formação continuada em serviço ou em exercício”.

Nesse sentido, achamos que seria pertinente pensar sobre novos programas de formação, que ofereçam benefícios à carreira de tal profissional, aliando novas formas de conhecimento, o que conseqüentemente refletirá em suas práticas educacionais com os pequenos, e ainda mais em relação ao cuidar/ educar, pois tais

funções requerem e exigem pessoas profissionalizadas. Isso requer investimento na qualificação destes profissionais.

Procuramos então os cursos ofertados para as professoras da Rede Municipal de Curitiba, e ao analisarmos a tabela percebemos a falta de cursos que abordassem nosso tema, ao nos atentarmos a este “problema” resolvemos então construir um questionário a ser respondido por pedagogas e professoras que trabalham em Cmei’s.

As respostas foram analisadas, e com elas conseguimos desenvolver uma boa pesquisa em relação ao “Cuidar e Educar” dentro das instituições de educação infantil. Com todos os termos e relações feitas, conseguimos grandes contribuições para nossa pesquisa, podendo relacionar as respostas com o que já havíamos estudado desde os primeiros capítulos do trabalho.

Com toda nossa pesquisa, conseguimos entender melhor a junção dos termos e saber como funciona essa indissociabilidade que traz o “Cuidar e Educar” através de muitos autores, podendo assim nos aprofundar melhor neste tema que nos interessa, tanto cientificamente como profissionalmente.

Os resultados foram ótimos, nos trazendo visões diferentes e concepções novas, que poderemos levar para nossa vida profissional e utilizá-las dentro de sala de aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A.C. **Currículo da pré-escola e formação do educador em serviço.** Anais da 17^o Reunião Anual da ANPED: Caxambu, 1994.

ARENDT, Hannah, 1906-1975. **Entre o passado e o futuro/** Hannah Arendt; [tradução Mauro W. Barbosa]. São Paulo Perspectiva, 2014.- Debates ; 64/ Dirigida por J. Guinsburg.

Azevedo, H. H, Schnetzler, R. P. **Necessidades formativas de profissionais de educação infantil.** Reunião Anual da ANPED, 2001.

BARRETO, Angela. **Introdução: Por que e para que uma Política de Formação do Profissional de Educação Infantil?** BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação de Educação Infantil. Por uma política de formação do profissional de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, p. 11-15, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Salvador: EGDA, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília, DF: MEC,1988.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 21 de dez. 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil.** Brasília. DF, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.**

BRASIL. CNE / CEB. **Resolução nº 05,** de 17 de dezembro de 2009. Fixa as **Diretrizes Curriculares para Educação Infantil**

_____. Parecer CEB n. 22/98. Resolução CEB n.1, 7 de abril de 1999. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília, DF: CNE/CEB, 1999.

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar. Ética do Humano- Compaixão pela Terra.** Petrópolis, Ed. Vozes, 1999, Excertos adaptados.

CAMPOS, Maria M. **Atendimento á infância na década de 80: As políticas federais de financiamento.** Cad. Pesq. São Paulo, n.82, p.5-20, ago. 1992.

CAMPOS, Maria M. **Educar e cuidar: questões sobre o perfil do profissional de Educação Infantil.** In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação de Educação Infantil. Por uma política de formação do profissional de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, p. 32-42, 1994.

CERISARA, Ana Beatriz. **A produção acadêmica na área da educação infantil a partir da análise de pareceres sobre o Referencial Nacional da Educação Infantil: primeiras aproximações.** IN: Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios~ Editora Autores Associados /UFSC / UFSCAR/ UNICAMP: Campinas,1999.

CERISARA, Ana Beatriz. **Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil? PERSPECTIVA.** Florianópolis, v.17, n. Especial, p.11-21, jul. /dez.1999

COUTINHO, A. **Educação Infantil: Espaço de educação e cuidado.**GT: Educação de crianças de 0 a 6 anos/n. 07, UFSC.

CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gladis P. da Silva (org). **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Estado do Rio Grande do Sul,1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1988.

FOUCAULT, M. **A ética do cuidado de si como prática de liberdade.** In: Ditos e Escritos, volume, Rio de Janeiro: Forense, Universitária, 2004.

GUIMARÃES, Daniela. **Na creche, o cuidado como ética: caminhos para o diálogo com bebês.** In: KRAMER, S. (org.) Retratos de um desafio: crianças e adultos na educação infantil. São Paulo: Ática, 2009.

HAVESI, Katalin. **A participação da criança no cuidado do seu corpo.** In; FALK, Judit (org.) Educar os três primeiros anos: a experiência de Lóczy. Araraquara, SP: JM Editora, 2004, p.79-86.

HORN, Maria da Graça Souza. O papel do espaço na formação e na transformação. **Revista Criança.** N.38. Brasília: MEC, jan. 2006, 0. 29-32.

KRAMER, Sonia. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e/é fundamental.** Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n.96-Especial, p.796-818, out. 2006.

KRAMER, Sonia. **Profissionais de Educação Infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2005.

LUCAS, Maria Angélica O. F. **Reflexões sobre concepções de professores acerca das finalidades da educação infantil**. IX Congresso Nacional de Educação- EDUCERE, PUCPR, 2009.

MARANHÃO, Damaris G. **O cuidado como elo entre saúde e educação**. Cadernos de Pesquisa, n. 111, p. 115-133, dezembro/2000.

PASCHOAL, Jaqueline & MACHADO, Maria. **A história da educação infantil no Brasil: Avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional**.

Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 33 p.78-95, mar. 2009- ISSN:1676-2584.

ROCHA, L.C.S.S. **“Formação de Professores na Educação Infantil”**. Revista **Projeção e Docência**. V. 3, n. 1, p. 28-36. Mar, 2012.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Formação do Profissional de Educação Infantil Através de Cursos Supletivos**. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação de Educação Infantil. Por uma política de formação do profissional de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, p.51-63, 1994.

Silva, A.P.S. & Rossetti-Ferreira, M.C. (2000). **Desafios atuais da educação infantil e da qualificação de seus profissionais: onde o discurso e a prática se encontram?** Texto recuperado 11 mar. 2002.

ANEXOS

ANEXO A – QUESTIONÁRIO PEDAGOGAS

1) Há quanto tempo você atua como pedagoga na rede pública?

2) No entendimento da sua prática profissional, você considera que a formação inicial com a qual as educadoras chegam nos Cmei's é:

Ótimo Bom Regular Fraca

3) Na sua opinião, o tempo destinado a formação em serviço às educadoras dentro da instituição e abrangido na carga horária de trabalho é:

Ótimo Bom Regular Insuficiente

4) O suporte dado pela Secretaria Municipal na sua capacitação como pedagoga para agir como agente de formação dentro da instituição é:

Ótimo Bom Regular Ruim

5) Como você percebe que o “Cuidar e educar” faz parte do entendimento das educadoras quando elas chegam no ambiente de trabalho, com formação inicial que essas profissionais têm?

- 6) Como você busca aprofundar esse entendimento da indissociabilidade do “Cuidar e educar” nas ações das rotinas das professoras?

ANEXO B – QUESTIONÁRIO PROFESSORAS

1) Há quanto tempo trabalha na rede pública como professora?

2) Ao lembrar do termo “Educar”, quais palavras você relaciona a ele?

3) Ao lembrar do termo “Cuidar”, quais palavras você relaciona a ele?

4) Qual o conceito você dá para os cursos de formação continuada ofertados pela rede.

Suficiente

Insuficiente

Regular